

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM FILOSOFIA

**BRUNO FERNANDES DE OLIVEIRA**

**MENTE, MUNDO E SIGNIFICADO:  
A DICOTOMIA ENTRE INTERNISMO E EXTERNISMO**

TOLEDO  
2016



BRUNO FERNANDES DE OLIVEIRA

MENTE, MUNDO E SIGNIFICADO:  
A DICOTOMIA ENTRE INTERNISMO E EXTERNISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Metafísica e Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Remi Schorn

TOLEDO  
2016

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

O48b Oliveira, Bruno Fernandes de  
Mente, mundo e significado : a dicotomia entre internismo e  
externismo / Bruno Fernandes de Oliveira. -- Toledo, PR : [s. n.],  
2016.  
90 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Remi Schom  
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências  
Humanas e Sociais.

1. Filosofia contemporânea - Dissertações 2. Filosofia  
americana 3. Linguagem e línguas - Filosofia 4. Filosofia da mente  
5. Corpo e mente I. Schom, Remi, orient. II. T.

CDD 20. ed. 191



BRUNO FERNANDES DE OLIVEIRA

MENTE, MUNDO E SIGNIFICADO:  
A DICOTOMIA ENTRE INTERNISMO E EXTERNISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 23/09/2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Remi Schorn (orientador)  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

---

Prof. Dr. André Leclerc  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE



*Dedico esta dissertação à Franciele Moro Toledo*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Gilberto Aparecido Fernandes de Oliveira e Eliane Fagundes de Oliveira, pela confiança e por sempre compactuarem com os meus projetos. Sou muito grato pelos incentivos a mim prestados.

Agradeço à CAPES e a Fundação Araucária, pelo período de bolsa concedido para a finalização desta dissertação

Agradeço à minha querida e amada companheira Franciele Moro Toledo, pelo amor incondicional, por acreditar e incentivar os meus sonhos, por apoiar meus projetos e por compreender as minhas ausências durante o mestrado. Este trabalho não seria possível sem o seu apoio e compreensão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Remi Schorn, pela amizade, pela orientação prestada a este trabalho e por ter me possibilitado à liberdade acadêmica.

Agradeço o meu orientador da graduação, Prof. Dr. Ernesto Maria Giusti, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, por ter me guiado no caminho da pesquisa filosófica.

Agradeço ao Prof. Dr. André Leclerc, da Universidade Federal do Ceará – UFC, por ter aceitado participar da banca de defesa e por contribuído com o desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte, por ter participado das bancas de qualificação e de defesa, e pelas contribuições prestadas a esta dissertação de mestrado.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ester Maria Dreher Heuser, pelas leituras prestadas a esta dissertação e por ter participado da banca de qualificação.

Agradeço as secretárias Maria Damke e Eva Marangon, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPG-Fil, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, aos eficientes serviços prestados.

Agradeço a Prof<sup>ª</sup> e Diretora Luci Lourenzi Padilha Chagas e aos amigos professores, do Colégio Estadual João Paulo II, da cidade de Francisco Beltrão – PR, por compreenderem as minhas ausências e por me apoiarem na conclusão do mestrado.

Agradeço ao amigo Lauro de Matos Nunes Filho, pela amizade e por ter me incentivado a fazer o mestrado.

Agradeço aos amigos Leonardo Gabai de Moraes e Matheus Brunini Mendes por me ajudarem em alguns momentos desta dissertação.

Agradeço aos amigos e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PPG-Fil UNIOESTE, pela amizade e ensinamentos. Em especial aos amigos Renato Merli, Leandro Mateus e Thayla Gevehr, pelas discussões que, em muito contribuíram para a minha formação filosófica.

Agradeço a todos os amigos que estiveram ao meu lado durante este longo processo do mestrado. Sem a participação de vocês, meus dias não teriam sido tão confortantes e alegres.



*A palavra filosofia tem conotações infelizes: coisas abstratas, remotas, esquisitas. Tenho a impressão de que todos os filósofos e estudantes de filosofia passam por aquele momento de embaraço silencioso quando alguém nos pergunta inocentemente o que fazemos. Eu preferiria apresentar-me como engenheiro conceitual. Pois, tal como um engenheiro estuda a estrutura das coisas materiais, o filósofo estuda a estrutura do pensamento. (Simon Blackburn)*



## RESUMO

OLIVEIRA, Bruno Fernandes de. *Mente, Mundo e Significado: a dicotomia entre internismo e externismo*. 2016. 90 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar e investigar o problema do significado no âmbito do externismo semântico, proposto por Hilary Putnam, e as críticas internistas de John Searle. Tal proposta tem a intenção de mostrar a contribuição de Putnam a favor do externismo e a teoria internista desenvolvida por Searle. A discussão que se realizará tem em vista a relação da mente humana com o mundo, na qual, o externismo defende uma relação causal externa como essencial para a determinação do significado, enquanto, o internismo defende que a intencionalidade não depende de uma relação com o mundo físico/social, para que se possa formar o significado. Segundo Searle, o significado, a consciência, a intencionalidade e os estados mentais, são processos biológicos da própria mente, ou seja, qualquer explicação acerca desses estados mentais deve-se explicar como o organismo da mente se relaciona com a realidade. Em *The Meaning of 'meaning'*, Putnam apresenta suas teses a favor do externismo semântico e críticas ao individualismo. O objetivo fundamental é de refutar, basicamente, as teorias que, em particular, sustentam que os estados mentais e os significados das palavras são processos eletroquímicos da mente, isto é, não dependem do mundo externo. Com o objetivo de refutar a teoria externista, Searle desenvolve uma teoria da intencionalidade como solução para os problemas mais discutidos da história da filosofia, dentre eles: a teoria do significado, da referência e problema mente-corpo. Segundo Searle, a intencionalidade não precisa ter relação com o mundo físico/social, para que se possa formar o significado. Em suma, a teoria internista, de Searle, pretende mostrar que o mundo não é necessário para atribuímos significados aos termos. No entanto, o argumento que o filósofo apresenta a favor dos significados serem propriedades biológicas do cérebro, deixa a questão linguagem versus mundo a explicar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Externismo; Internismo; Mente; Mundo; Significado.



## ABSTRACT

OLIVEIRA, Bruno Fernandes de. *Mind, World and Meaning: the dichotomy between internalism and externalism*. 2016. 90 p. Dissertation (Master's Degree in Philosophy) – State University of Western Paraná, Toledo, 2016.

This dissertation aims to introduce and investigate the problem of meaning in the sphere of semantic externalism, propose by Hilary Putnam, and the internalist criticism of John Searle. Such proposal aims to show Putnam's contribution in favor of the externalism and the internalist theory developed by Searle. The discussion that will be developed looks for the relation between the human mind and the world, in which the externalism defends a causal external relation as essential for the determination of meaning, whereas the internalism defends that the intentionality does not depend of a relation with the social/physical world in order to form a meaning. According to Searle, the meaning, the conscience, the intentionality and the states of mind are biological processes of the mind, therefore, any explanation about these states of mind should explain how the mind's organism relates with reality. In The Meaning of "meaning", Putnam presents her thesis of the semantic externalism and critics the individualism. The main goal is to basically refute the theories that supports that the states of mind and meaning of words are electrochemical processes of the mind, and as such, do not depend of the external world. With the objective of refuting the externalist theory, Searle develops the theory of intentionality as a solution for the most discussed problems in the history of philosophy, such as the theory of meaning, reference and mind-body problem. According to Searle, the intentionality does not require a relation with the social/physical world to form a meaning. Summarizing it, the internalist theory of Searle seeks to show that the world is not necessary in order to men attribute meaning to terms. However, the argument presented by the philosopher that meaning is nothing but a biological property of the brain leaves the issue language versus world to be explained.

**KEY WORDS:** Externalism; Internalism; Mind, World, Meaning.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>25</b>
<b>2 A NOÇÃO TRADICIONAL DE SIGNIFICADO .....</b>	<b>25</b>
2.1 Teoria Semântica Tradicional: Uma abordagem entre Frege e Russell.....	25
2.1.1 Frege: teoria do significado .....	28
2.1.2 Russel: Teoria das descrições .....	34
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>43</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXTERNISMO SEMÂNTICO.....</b>	<b>43</b>
3.1 Funcionalismo.....	49
3.1.1 A natureza dos estados mentais .....	52
3.2 Terra gêmea .....	56
3.3 A divisão sócio-linguística.....	61
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>65</b>
<b>4. JOHN SEARLE E O INTERNISMO: SOBRE A TEORIA DO SIGNIFICADO .....</b>	<b>65</b>
4.1 Considerações sobre o significado: interação linguagem e mente.....	65
4.1.1 Naturalizando a linguagem e a mente.....	65
4.1.2 Atos de Fala .....	69
4.2 Os significados estão na cabeça? .....	74
4.2.1 A crítica de Searle ao argumento da Divisão Sócio-Linguística, de Putnam ....	75
4.2.2 A crítica de Searle ao argumento da Terra Gêmea .....	78
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>86</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX filósofos como Kripke, Putnam e Burge apresentaram suas teorias acerca do problema do significado. Tais teorias se baseiam em experimentos mentais. São esses experimentos que mudam o modo de pensar dentro da filosofia da linguagem e da mente, no atual contexto filosófico. Contudo, essas teorias abrem na contemporaneidade o debate filosófico mais problemático acerca do significado, a saber, a dicotomia entre internismo e externismo semântico. Tais teorias são alvo de debates tanto da filosofia da linguagem (tomam como posição o conteúdo da frase), quanto da filosofia da mente (assumem uma posição acerca do conteúdo de crenças), ou seja, a teoria externista e a internista tratam tanto da natureza do significado como da natureza do mental. Sobretudo, essas posições, ao explicar o problema do significado, tanto da filosofia da linguagem e da mente, partem de explicações um tanto quanto opostas, isto é, a explicação que a teoria internista atribui é que o significado ou o conteúdo mental dependem integralmente do indivíduo; caso oposto acontece com a explicação externista, ou seja, o significado ou o conteúdo mental depende, pelo menos em parte, do mundo, isto é, através da relação do mundo com o indivíduo que se formam os significados.

Putnam, em *The Meaning of 'meaning'* (1975), apresentou suas teses a favor do externismo semântico e suas críticas ao individualismo (ou teoria semântica tradicional), às quais causaram um grande impacto na filosofia da linguagem e da mente. Tais teses têm como objetivo fundamental refutar basicamente toda teoria que, em particular, sustenta que o conhecimento, os estados mentais e os significados das palavras são processos eletroquímicos do cérebro. Anos mais tarde, John Searle publica a obra *Intentionality* (1983), terceiro livro de uma série de estudos sobre a mente e a linguagem. Nessa publicação, encontramos críticas diretas à teoria externista semântica de Putnam. O objetivo de Searle é desenvolver uma teoria da intencionalidade como solução para os problemas mais discutidos e emblemáticos da história da filosofia, dentre eles, uma teoria do significado, da referência, problema mente-corpo e teoria dos nomes próprios. Ambas as teorias buscam determinar como podemos instanciar o significado, ou seja, perguntam-se: é através da relação da mente humana com o mundo externo que formamos o significado? Os significados são simplesmente produto do

nosso cérebro? Será que os significados são produtos da vida biológica ou são formados através de uma relação causal com o mundo externo? Como a linguagem se relaciona com o mundo? O significado é uma entidade privada mental ou pública? Neste sentido, esta dissertação tem como objetivo investigar os problemas mencionados acima, e mostrar que o internismo, aos moldes searliano, não dá conta da teoria do significado. Por outro lado, vamos propor que o argumento externista semântico de Putnam, tem melhores posicionamentos argumentativos acerca da teoria do significado e dos conteúdos mentais.

O século XX foi um período de grande influência para o novo modo de pensar filosófico e com grandes contribuições para a filosofia. Assim, filósofos como Gottlob Frege, Bertrand Russell, Rudolf Carnap, Wittgenstein entre outros, apresentaram uma nova mentalidade, em filosofia. Nesse sentido, pode se afirmar que a filosofia da linguagem começa a dar seus primeiros passos com o filósofo Gottlob Frege. Dentre seus escritos, Frege deu grande importância à teoria do significado, ou seja, retomou novamente o problema do significado das sentenças, que de certa forma havia sido abandonado pela história da filosofia. Posteriormente, Russell e Carnap<sup>1</sup>, deram suas contribuições a esta teoria. Tais contribuições podem ser caracterizadas como “Teoria Semântica Tradicional”. A doutrina tradicional sustenta que a referência é determinada por estados mentais, ou seja, saber o significado de um termo é apenas uma questão de estar em um determinado estado mental e a intensão de um termo determina a sua extensão. Logo, se é apenas uma questão de estar em um determinado estado mental e a intensão determina a extensão, pode-se afirmar que é o estado psicológico que determina o significado. Portanto, os significados são instanciados em nossas cabeças.

De acordo com Putnam, entretanto, os significados dos termos linguísticos e seus correlatos mentais estão relacionados com o mundo físico-social-linguístico, isto é, atribuir significado ao termo depende ao menos em parte do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação causal da mente humana com o mundo. E para superar a teoria semântica tradicional, Putnam formulou o experimento mental da terra gêmea e a tese da divisão sócio linguística. Por fim, Putnam atribuiu que os

---

<sup>1</sup> Não é nossa intenção tratar da teoria do significado de Rudolf Carnap, mas vale como lembrete que a proposta assumida por Carnap para o significado é uma posição verificacionista. Ou seja, segundo o filósofo, que foi um dos representantes do Círculo de Viena, os enunciados significativos são somente aqueles que passam pelo critério empírico de verificação.

significados não são instâncias privadas mentais, ou seja, o único lugar que os significados estão é no mundo externo. “Corte a torta da forma que desejar, os significados não estão na cabeça” (PUTNAM, 1975, p. 227, Tradução nossa)<sup>2</sup>.

Em *Intencionalidade* (2002), Searle tem como objetivo desenvolver uma abordagem da intencionalidade a partir da teoria fregeana de *Sinn*, para a intencionalidade em geral. Ou seja, ele elabora sua teoria da intencionalidade baseada na teoria fregeana. Searle apresenta sua teoria afirmando que todas as teses externistas são falsas e que não precisamos introduzir uma relação causal-externa para explicarmos a relação das palavras com o mundo. Nesse sentido, o filósofo tenta responder aos ataques realizados à tradição internista, ou teoria semanticista tradicional.

A dicotomia internismo e externismo semântico, no atual contexto filosófico, é sem dúvida um dos problemas mais debatidos, muitas teses são desenvolvidas tanto no campo do internismo quanto no externismo. Diante disso, esta dissertação de mestrado tem a intenção de clarificar a dicotomia em questão. Contudo, optamos por uma análise conceitual da concepção internista proposta por Searle e da externista proposta por Putnam e um resgate da teoria semântica tradicional, privilegiando os filósofos Frege e Russell. Com isso, esta dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, investigamos algumas considerações acerca da origem da problemática dicotômica sobre o internismo/externismo semântico. Neste sentido, se fez necessário analisar a doutrina semântica tradicional (a teoria do significado de Frege e Russell) e compreender qual foi a importância que o debate teve ao internismo e externismo semântico.

Posteriormente, no segundo capítulo, investigamos as concepções e considerações do externismo semântico de Putnam acerca da teoria do significado. Após feito a introdução ao tema do externismo semântico e apresentado qual o foco de compreensão, em torno do significado, apresentamos a evolução da filosofia da mente e da linguagem de Hilary Putnam, ou seja, a (in)compatibilidade entre funcionalismo e externismo semântico propostos no decorrer da sua filosofia. Por fim, reconstruímos o experimento mental da Terra Gêmea e a tese da Divisão Sócio-Linguística, com o objetivo de mostrar que o externismo supera o funcionalismo da mente.

---

<sup>2</sup> Cut the pie any way you like, ‘meanings’ Just ain’t in the head!

No terceiro capítulo investigamos a teoria do significado, de Searle. Neste sentido se faz necessário, uma investigação da intencionalidade searliana, pois é o ponto crucial da crítica mentalista ao externismo semântico. Segundo Searle, a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente, ou seja, a capacidade dos atos de fala para representar objetos no mundo externo é na realidade extensão da vida biológica, isto é, a resolução dos problemas da linguagem se dá a partir da resolução dos problemas da mente. Para Searle, os significados são instâncias privadas mentais, ou seja, os significados só podem estar na cabeça (mente/cérebro).

Portanto, com este formato arquitetado, pretendemos alcançar os resultados propostos a favor da teoria externista de Putnam, como uma melhor forma argumentativa para a teoria do significado e para o conteúdo mental. Com isso, pretendemos mostrar, então, que o internismo de Searle, fracassa ao propor que os significados são instâncias biologicamente humana e como a sua teoria mentalista fracassa, também, ao não considerar o mundo como elemento importante e necessário para a construção dos significados.

## CAPÍTULO 1

### 2 A NOÇÃO TRADICIONAL DE SIGNIFICADO

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar um cuidadoso mapeamento sobre os conceitos na concepção da noção tradicional de significado. Ou seja, iniciaremos esta dissertação apresentando a teoria semântica tradicional e suas implicações no debate do internismo e externismo semântico. De início apresentaremos ao leitor os conceitos de referência e significado, na filosofia de Frege e Russell (o que pode ter originado o debate sobre o internismo e externismo semântico). A intenção desta apresentação, sobre a filosofia semântica de Frege e de Russell, se faz necessária, pelo motivo, de introduzir o leitor na problemática da filosofia semântica em discussão. Putnam, em *The Meaning of 'meaning'*, apresenta a sua crítica em relação à teoria tradicional e descritivista do significado. Tal crítica pretende mostrar que, qualquer teoria semântica que atribui uma concepção psicológica ao significado, é solipsista ou individualista.

#### *2.1 Teoria Semântica Tradicional: Uma abordagem entre Frege e Russell*

Como já dito, a crítica de Putnam à concepção semântica é em relação à teoria semântica tradicional. Na introdução do livro de Pessin e Goldberg, *The Twin Earth Chronicles* (1996), Putnam afirma:

Quando falo de suposições milenares sobre conceitos, não estou esquecendo o fato de que tenha havido discordância sobre conceitos e pensamento conceitual desde que Aristóteles discordou de Platão sobre a natureza das “ideias”, no sentido grego da palavra (muitas vezes traduzido por “formas”). Por exemplo, de acordo com Platão, ideias são entidades extramentais, mas o conhecimento delas é, supostamente, inato à mente e capaz de ser trazido à consciência por um ato de “rememoração”. Já para Aristóteles são tanto mentais como extramentais. A mesma “ideia” ou “forma”, supostamente, é capaz de existir nas coisas, mas também, excluída a matéria, na mente. Na Idade Média, as concepções conceitualista e nominalista foram adicionadas como alternativas às concepções platônica e aristotélica. Para os conceitualistas ideias são entidades explicitamente mentais; para os nominalistas elas são, é claro, “nomes”, mas supõe-se que o entendimento desses “nomes” está na mente individual. No período moderno, para um empírico como Hume, ideias não se distinguem de imagens mentais e estão, seguramente, na mente. Então, independentemente da variedade de teorias metafísicas sobre a

natureza dos conceitos, do seguinte não se duvidava: conceitos eram uniformemente pensados como capazes de estar completamente contidos na mente, ou capazes de ser lembrados pela “mente” (que era concebida, ela mesma, como um teatro privado, isolado de outros indivíduos e do “mundo exterior”). Também era assumido sem crítica por quase todos os filósofos da tradição que a ideia na mente, ou a posse ou rememoração da ideia pela mente, determina a extensão do “nome” associado à ideia ou conceito: um nome, por exemplo, “cão”, é *verdade de* algo quando esse algo se classifica sob o conceito na mente, ou sob o conceito rememorado pela mente. Em resumo, é uma característica de todas essas posições que *um indivíduo em isolamento* pode, em princípio, acessar qualquer conceito e que esse acesso individual aos conceitos determina totalmente a extensão de todos os termos compreendidos pelo indivíduo. *O conhecimento dos significados é propriedade privada do indivíduo* (PUTNAM, 1996, p. xv – xvi apud MEDEIROS, 2011).

É nesse sentido que esta seção buscará compreender a concepção semântica tradicional. E apresentar o motivo de dedicar o primeiro capítulo à filosofia semântica fregeana e russeliana. Segundo Pessin e Goldberg (1996, p. 53):

Devemos começar com a explicação de Frege, ela mesma, que é o alvo das reflexões de Putnam sobre a Terra Gêmea. Há dois componentes dessa visão: por um lado, uma tese sobre o sentido dessas expressões que se referem a algo; e, por outro, uma tese sobre a relação entre o sentido e a referência (ou extensão) dessas expressões. A primeira tese de Frege é que o sentido de qualquer termo ou expressão consiste em *conceitos* ou crenças que o(s) falante(s) relevante(s) associa(m) com o termo. A segunda tese é que o sentido de expressões que se referem a algo *determina* ou *fixa* sua referência (ou extensão). Juntas, essas duas teses implicam que uma expressão que se refere a algo se refere a todos e somente àqueles objetos que se subordinam aos conceitos que o(s) falante(s) relevante(s) associa(m) com a expressão. É por isso que a teoria de Frege é frequentemente chamada de teoria descritivista da referência: os conceitos associados constituem uma descrição e todos e somente aqueles objetos que satisfazem a essa descrição fazem parte da extensão da expressão (PESSIN & GOLDBERG, 1996, p. 53 apud MEDEIROS, 2011).

Da mesma forma, Paulo Faria mostra qual a importância de compreender a noção tradicional semântica e qual a sua influência entre a dicotomia internismo/externismo. De acordo com ele:

*O locus classicus* do externalismo [externismo] semântico é o artigo de Hilary Putnam, "The Meaning of 'meaning'" (Putnam 1975), mas a genealogia dessa tese remonta às origens da tradição analítica, e mais especificamente à "revolta contra o idealismo" protagonizada por

Moore e Russell em Cambridge nos últimos anos do século XIX. A tese mais distintiva da tradição idealista, tal como a compreendiam Moore e Russell, era uma tese metafísica sobre a natureza da experiência, não uma tese semântica sobre significados de expressões; e foi com uma tese metafísica sobre a natureza da experiência que Moore e Russell combateram o idealismo. Mas a nova concepção de experiência tinha consequência para o que, da experiência, pode ser expresso através da linguagem, e são essas consequências que, no pensamento de Russell em particular, abrem caminho para o que não seria impróprio caracterizar como uma primeira versão, e uma versão particularmente radical, do externalismo semântico (PAULO FARIA, 2013, p.02)

É importante destacar que esta dissertação não tem a intenção de mostrar ou defender que Frege defendia uma forma descritivista para a sua filosofia, ou que Putnam, por via do externismo semântico, acusa diretamente Frege de tal método. Nossa preocupação é apresentar como toda essa discussão, acerca da teoria do significado, principalmente no que se trata dos semanticistas tradicionais, Frege e Russell, por exemplo, podem ter influenciado a dicotomia entre o internismo e o externismo semântico. Mesmo que tomemos como base a aproximação que Searle faz entre Frege e o descritivismo, não resulta uma defesa descritivista, de Frege. Quando afirmo que Searle faz uma possível relação de Frege com o descritivismo, estou utilizando de uma própria posição do filósofo, que podemos encontrar em sua obra *Intencionalidade* (2002). Para Searle:

Supõe-se que os expoentes da chamada teoria causal dos nomes e da teoria causal da referência tenham refutado algo denominado “teoria descritivista” dos nomes e da referência, refutando com isso qualquer explicação internista ou fregiana, e demonstrando que a referência é realizada em virtude de algumas relações causais externas (SEARLE, 2002, p. 278).

Por fim, diante do exposto e a necessidade de dedicar um espaço para compreender a noção tradicional de semântica, este capítulo tem o propósito de apresentar o que Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) entende sobre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) dos nomes próprios e das sentenças assertivas completas e a crítica que Bertrand Russell (1872 – 1970) faz ao sentido fregeano, ou seja, uma sentença não tem sentido como Frege propõe, ela simplesmente denota. A investigação far-se-á através da obra *Sobre o Sentido e a Referência – Über Sinn und Bedeutung* – [2009 (1892)], na qual Frege propõe uma distinção entre os termos e *Da*

*Denotação – On Denoting* – [1978 (1905)], na qual Russell sustenta que um termo só denota, ou seja, os termos denotativos, para Russell, são termos quantificados; os nomes nomeiam ou referem. Não é a minha intenção fazer uma abordagem minuciosa, e sim apresentar a distinção entre sentido e referência para Frege, e analisar como Russell tenta resolver o paradoxo semântico fregeano. Essa discussão deu início a um grande debate que prevalece em aberto, a saber, o externismo semântico e o internismo semântico. Pode-se dizer que essa discussão marca uma nova etapa da filosofia, ou seja, a filosofia analítica da linguagem surge com questões de extrema relevância.

### ***2.1.1 Frege: teoria do significado***

Antes de qualquer desenvolvimento é de extrema importância apresentar o que Frege diz sobre nome próprio, sinal, referência e sentido. Por nome próprio, Frege entende uma expressão que se refere a um objeto determinado ou algumas descrições definidas - que são combinações de palavras ou sinais, ou seja, nome próprio é qualquer combinação de signos que se refere. Frases declarativas são nomes próprios, pois referem a valores de verdade. São alguns exemplos de nomes próprios, na concepção fregeana: ‘Ulisses’, ‘Aristóteles’, ‘A capital de São Paulo’, ‘Venus’, ‘O autor da obra *Ética a Nicômaco*’ entre outros. Segundo Frege “(...) fica claro que, por ‘sinal’ e por ‘nome’, entendo qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (...), mas não um conceito ou uma relação” (FREGE, 2009, p.131). Todo nome próprio tem um sentido e tem que se referir apenas a um objeto, no entanto, o nome próprio pode ter um sentido e não ter uma referência.

Frege entende por ‘sinal’ qualquer coisa que remete a nome, combinação de palavras ou letras. Por ‘referência’, entende tudo que se refere a um objeto<sup>3</sup>, ou seja, a referência é o próprio objeto designado pela expressão semântica. E por ‘sentido’, como o modo de manifestação do objeto, na qual ele se apresenta.

Após apresentarmos o que Frege pensa por nome próprio, sinal, referência e sentido, precisamos entender o que ele elabora para distinguir sentido de referência. No início do seu artigo “Sobre o Sentido e a Referência” ele apresenta uma relação da igualdade, “*a* é o mesmo que *b*” ou “*a* e *b* coincidem” (Cf. FREGE, 2009, p. 129). A

---

<sup>3</sup> Vale destacar que Frege não tem uma noção de objeto como algo material ou substancial, ou conjunto de partes; é qualquer coisa que não é uma função.

proposta fregeana é que a referência é a mesma, mas os sentidos são diferentes. Mas como entender essa tese inicial? Ele apresenta um exemplo de um triângulo. Sejam  $A'$ ,  $B'$ ,  $C'$ , as linhas que unem os vértices de um triângulo com o ponto médio de seus respectivos lados opostos. O ponto de interseção de  $A'$  e  $B'$  é  $G$ , e o ponto de interseção de  $B'$  e  $C'$  é  $G$ , portanto, o ponto de interseção de  $A'$  e  $B'$  é o mesmo que  $B'$  e  $C'$ . Sendo assim, temos diferentes designações para o mesmo ponto. Portanto, a sentença contém um genuíno conhecimento (Cf. FREGE, 2009, p.129). Segue a ilustração do triângulo, para que possamos ter uma melhor noção:

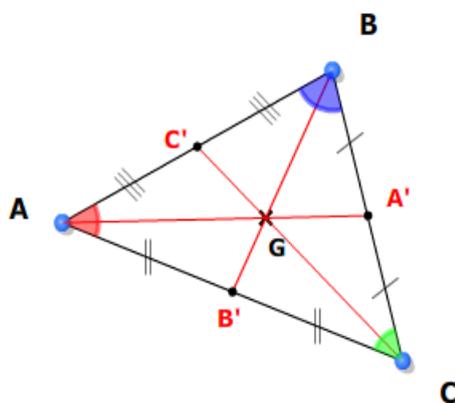


Figura 1

Esse exemplo ilustra como a referência pode ser a mesma, mas o sentido não. Fica claro com o exemplo da “estrela da manhã” e “estrela da tarde”; observamos que aqui a referência também é a mesma, mas o sentido muda.

Para melhor esboçar essa problemática que Frege levanta em torno dos nomes próprios, partiremos da seguinte pergunta: a igualdade da referência pressupõe a igualdade do sentido? Se utilizarmos o exemplo da “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, na quais ambas referem ao planeta Vênus, afirmaríamos que os nomes podem se referir ao mesmo objeto, já que no início do texto apresentamos uma formulação em que todos os nomes próprios têm que ter um sentido e referir apenas a um objeto e, que essa referência seja acerca de um objeto determinado. Nessa situação responderíamos a pergunta acima com um simples, não. Ou seja, a igualdade da referência não pressupõe a igualdade do sentido, isto é, “estrela da manhã” e “estrela da tarde” tem sentidos diferentes e referem ao mesmo objeto. Contudo, Frege diz que o sentido de um nome próprio não garante a referência, ou seja, podem existir nomes próprios com sentido e

sem referência, dado que o sentido sempre se refere a um objeto.<sup>4</sup> O exemplo que Frege apresenta para esboçar sua teoria é a partir das seguintes expressões “o corpo celeste mais distante da terra” e “a série que converge menos rapidamente” (FREGE, 2009, p. 133). As expressões têm seus sentidos, mas não conseguimos determinar as suas referências; utilizando o próprio termo que Frege emprega em seu artigo, “é muito duvidoso que também tenha uma referência” (FREGE, 2009, p. 133). Logo apreender um sentido não assegura a existência de sua referência.

Para Miller:

Quando alguém compreende uma expressão, dizemos que tal pessoa sabe seu significado: e esta é a propriedade semântica de uma expressão que alguém com entendimento daquela expressão compreende. Agora suponha que o significado de uma expressão, nesse sentido intuitivo, fosse identificado com o seu valor semântico [referência]. O que se seguiria? Considere o famoso exemplo de Frege envolvendo o planeta Vênus. Ele tomou uma descoberta empírica em astronomia para compreender que esse planeta era o mesmo objeto celestial conhecido tanto como Estrela Vespertina quanto como Estrela Matutina. Considere a situação de um competente usuário da linguagem antes dessa descoberta empírica (ou de um competente usuário da linguagem depois da descoberta, mas que era desinformado desta). Tal pessoa entende o enunciado identificando “A Estrela Matutina é a Estrela Vespertina”, muito embora ela não saiba o seu valor de verdade. O ponto de Frege é que, se o significado fosse identificado com o valor semântico, isso seria impossível. [...] Assim, ao dar uma descrição de significado, temos de introduzir alguma propriedade semântica além do valor semântico, à apreensão do que constitui o compreender. Novamente, Frege introduz a propriedade de ter um sentido para desempenhar o papel desta propriedade semântica (MILLER, 2010, p. 36-37).

Após apresentar evidências objetivas de que apreender um sentido não assegura a existência de sua referência, Frege investiga outro problema acerca da ‘*representação*’ (Vorstellung)<sup>5</sup>. Trata-se de saber se a ideia ou representação é objetiva ou subjetiva, e, assim, se o sentido pode ser compreendido por diversas pessoas. Frege analisa a questão e logo afirma, com muita clareza, que não se deve confundir a ideia com o sentido e com a referência. Sendo assim, a ideia é uma imagem interna, e essa imagem é repleta de emoções. Sobretudo, o alerta feito por Frege é de que existem diferenças entre os

---

<sup>4</sup> Frege admite que realmente podem existir nomes próprios que expressam sentido, mas não uma referência, isso pode ser denominado de conjunto vazio e tais nomes devem ser evitados em frases científicas, pois, eles não expressam nada acerca da verdade e nem do falso.

<sup>5</sup> O termo *Vorstellung* pode ser traduzido do alemão para o português como ideia ou representação.

indivíduos que se manifestam quando cada um desses indivíduos apreendem uma representação. Assim, não se deve confundir a representação com o sentido e com a referência. Segundo Frege, “um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão ideias muito diferentes ao nome Bucéfalo” (FREGE, 2009, p. 134), portanto, a representação é de natureza subjetiva e cada homem possui a sua, sendo, entretanto, incomunicável.

Em relação ao sentido, não é verdade que ele é subjetivo, mas também não é o próprio objeto, de modo que, pessoas distintas podem apreender o mesmo sentido, mas a ideia que elas terão ainda será interno-subjetiva. “Importa salientar a distinção entre a representação que é permeada de emoções e o sentido e a referência que, Frege pretende, são isentos dessa influência” (SCHORN, 2009, p. 44). Para melhor exemplificar esse problema, Frege apresenta a metáfora do telescópio. Esse exemplo consiste na seguinte estrutura: com um telescópio observamos a lua, nessa observação, a lua consiste na referência, ou seja, é o próprio objeto. A imagem que temos na lente interna ao telescópio consiste no sentido e a imagem na retina do observador consiste na representação, ideia - nesse exemplo Frege está apresentando de forma didática a diferença entre referência, sentido e a representação, – a imagem da lua refletida na lente no interior do telescópio é objetiva; é a imagem que se apresenta a todos os observadores, mas a imagem refletida na retina do olho do observador é subjetiva, assim, cada observador terá a sua própria imagem, dado que, cada indivíduo tem sua própria configuração nos olhos. Dessa forma, percebe-se a diferença entre referência, sentido e representação. Portanto, a representação é subjetiva e cada indivíduo possui a sua, sendo o oposto com o sentido que é objetivo e com a referência.

Passamos agora a investigar as sentenças assertivas completas. Frege admite que as sentenças também tenham sentido e referência, ou seja, uma dupla função semântica e que todas as sentenças constituem um *pensamento* (Gedanke), isto é, um conteúdo proposicional. Cabe, metodologicamente, questionar: o que Frege entende por pensamento?<sup>6</sup>

Pensamento para Frege não é subjetivo, ou seja, não é acerca de um conteúdo psicológico ou um processo psicológico, mas sim um conteúdo objetivo que pode ser compartilhado em comum por muitos indivíduos. Como apresenta Miller:

---

<sup>6</sup> Frege reserva um ensaio intitulado *Der Gedanke* (O Pensamento) (1918), na qual ele dedica um trabalho mais profundo acerca do pensamento.

É importante notar que, para Frege, um pensamento não é algo *psicológico* ou *subjetivo*. Antes disso, ele é *objetivo* no sentido de que ele especifica alguma condição no mundo cuja obtenção é necessária e suficiente para a verdade da sentença que ele expressa ( MILLER, 2010, p. 42)

O pensamento deve ser considerado referência ou sentido? Para Frege o pensamento é o sentido e para isso ele apresenta um exemplo, no qual sustenta que a referência não pode ser considerada como pensamento. Nesse caso, se substituirmos uma referência de uma sentença por outra referência de igual valor e que os sentidos são diferentes, a substituição não poderá ter nenhuma influência sobre a referência. Nesse sentido, apresentemos o exemplo que Frege utiliza para provar que o pensamento muda quando trocamos a referência por outra, por exemplo, o pensamento da sentença: “A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” é diferente da sentença “A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol”. Se alguém não soubesse que “A estrela da manhã” é a mesma que “A estrela da tarde” poderia afirmar que um pensamento é verdadeiro e o outro falso (Ibidem, p. 137). Portanto, o pensamento é objetivo; não pode ser associado à referência da sentença e, sim, com o seu sentido.

Frege apresenta que uma função proposicional ao ser completado por um elemento qualquer poderá ser transformada em um pensamento, sendo assim podendo atribuir um sentido. O que queremos dizer é que, por exemplo, em uma expressão insaturada como:

“x é a capital do Paraná”

Se substituirmos a variável ‘x’ por Curitiba, temos a seguinte expressão:

“Curitiba é a capital do Paraná”

A expressão saturada apresenta um sentido. Entendemos que, para Frege se a expressão permanecesse com a variável não estaria completa e com isso não poderíamos atribuir sentido a ela. Mas quando substituímos a variável por Curitiba à expressão apresenta um sentido, sendo assim, um pensamento.

A distinção que Frege faz de sentido e referência de uma sentença assertiva completa é que o pensamento corresponde ao sentido e a referência é aquilo que permanece quando o sentido de uma sentença muda, isto é, a referência relaciona com o objeto e essa transformação que dá no pensamento, a referência ou o caso objeto deve

permanecer o mesmo. Ele afirma que a referência de uma sentença assertiva completa deve ser denominada como *o valor de verdade*. Logo, o valor de verdade de uma sentença deve ser verdadeiro ou falso; ou como chama Frege um de *o verdadeiro* e a outro de *o falso* (FREGE, 2009, p. 139).

Frege alerta que, somente o pensamento não confere nenhum conhecimento, mas quando é associado à sua referência, ou seja, ao seu valor de verdade acabamos produzindo conhecimento (FREGE, 2009, p. 140). Portanto, o pensamento e a referência dependem um do outro para produzir conhecimento. Segundo Schorn:

Importa ultrapassar o pensamento e alcançar a possibilidade da referência como forma de estabelecer o valor de verdade das expressões, instância exclusiva dos juízos. A verdade implica buscar a referência do sentido; assim, somente necessitamos da referência quando investigamos a verdade das sentenças assertivas. Então, a referência coincide com o valor de verdade e a sentença é considerada um nome próprio. É da referência de um nome que um predicado é afirmado ou negado e, sem admitir-se a existência de uma referência, não se pode atribuir ou negar um predicado; pode, no entanto, haver pensamento. Assim, Frege passa do plano do pensamento para o plano da referência relativamente aos juízos. Os juízos são apreensões verdadeiras do sentido e da referência. O pensamento que não passa do sentido, não alcança o valor de verdade; permanece na relação lógica entre sujeito e predicado. Com sujeito e predicado pode-se chegar a um pensamento; entretanto é impossível passar do sentido à referência, característica dos juízos, pois carece-lhe o alcance ao valor de verdade. Ao afirmar-se que determinado sujeito tem um predicado, não se diz nada do sujeito nem do predicado que implique a existência tanto de um quanto de outro (SCHORN, 2009, p. 46).

Qual era o objetivo de Frege ao separar sentido e referência para os nomes próprios e para as sentenças assertivas?<sup>7</sup>

Frege, ao separar as sentenças assertivas completas, argumenta que os nomes próprios funcionam como sujeitos das sentenças e esses nomes tem como função determinar o valor de verdade das sentenças, caso inverso acontece com o pensamento que carece de referência. Os nomes não precisam referir, sendo a eles somente cabível de sentido. Portanto, se é um pensamento sem referência, então não é portador de um valor de verdade.

---

<sup>7</sup> Na *Begriffsschrift* (Conceitografia) – 1879 Frege destaca que seu objetivo é de construir uma linguagem logicamente perfeita e essa linguagem se dá somente com a linguagem artificial, ou seja, formal.

Após apresentar o que Frege entende por nomes próprios e por sentenças assertivas, tentaremos compreender qual era o objetivo de Frege ao tratar da questão da igualdade, isto é, a diferença entre  $a = a$  e  $a = b$ .

Sabemos que no início de seu artigo Frege destaca que  $a = a$  e  $a = b$  tem valores cognitivos diferentes e que  $a = a$  é *a priori*, portanto, não é ampliador de conhecimento, contudo, isso não se dá com  $a = b$  que na realidade vincula certo conhecimento.

A hipótese que Frege apresenta no final do seu artigo é que, se '*a*' e '*b*' tiverem a mesma referência, isto não impede os sentidos de serem distintos ou diferentes. Para ter um valor cognitivo relevante a referência deve ser acerca do mesmo objeto, mas com sentidos distintos. Ou seja, quando expressamos um pensamento acerca de 'o autor de Teeteto' e 'o mestre de Aristóteles' o sentido se manifesta de forma diferente, isto é, temos um valor cognitivo diferente, mas a referência é a mesma, isto é, tanto 'o autor de Teeteto', quanto 'o mestre de Aristóteles' denotam Platão.<sup>8</sup> Portanto, o sentido de '*b*' difere do sentido '*a*', isto é, o pensamento que temos acerca de " $a=b$ " pode diferir do pensamento que temos acerca de " $a=a$ ". Logo, temos assim um valor cognitivo diferente e a igualdade não é trivial.

Com a publicação do artigo "Sobre o Sentido e a Referência", Frege faz uma grande contribuição à filosofia da linguagem, à lógica e à linguística, no qual ele retoma questões que não tinham mais interesse para a própria lógica e a filosofia, como no caso de uma semântica possível. Com isso, acaba desencadeando discussões que permanecem em aberto até o presente momento. Vale destacar que Russell foi um grande crítico de Frege. Em seu artigo *On Denoting* [1978 (1905)] ele apresenta a solução do paradoxo fregeano através da sua teoria das descrições e afirma que nomes próprios somente denotam e não possuem sentido como Frege mostra. No que se segue, trataremos brevemente a teoria das descrições de Russell.

### **2.1.2 Russel: Teoria das descrições**

Para uma melhor compreensão do texto se faz necessário apresentar uma noção fundamental da teoria das descrições russelianas. Essas noções são acerca da "função proposicional" e de "quantificadores". Russell (1978) destaca a importância da função proposicional como princípio da teoria da denotação.

---

<sup>8</sup> Cf. Vide nota do tradutor nº74.

Em seu livro “Introdução à Filosofia da Matemática” (1981) Russell definiu que a proposição é a forma de uma sentença, na qual expressa ou o verdadeiro ou o falso.<sup>9</sup> Já a função proposicional é a expressão que contém uma ou mais variáveis e quando atribuímos valores a tais variáveis a expressão se torna uma proposição. Desse modo, a expressão “x é humano” é uma função proposicional, na qual ‘x’ é indeterminado e não atribuímos qualquer valor como o verdadeiro ou o falso. Mas quando substituímos a variável ‘x’ por uma palavra, ou seja, “João é humano” podemos atribuir a essa expressão que ela pode ser verdadeira ou falsa (Cf. RUSSELL, 1981 p. 150). Sendo assim, a função proposicional não é nem verdadeira e nem falsa, ao passo que quando substituímos seus constituintes indeterminados por palavras ela torna-se proposição.

Já para quantificadores Russell afirma que “são as mais primitivas das expressões denotativas” (RUSSELL, 1978, p.04), no caso as palavras *tudo*, *nada* e *algo* são quantificadores. Para melhor compreensão trataremos da seguinte forma:

C(tudo) significa “C(x) é sempre verdadeira”;

C(nada) significa “C(x) é sempre falsa”;

C(algo) significa “C(x) é ao menos \ uma vez verdadeira”.

As expressões ficariam da seguinte forma se substituirmos o ‘x’:

Todo homem é humano significa que “o homem x é humano” é sempre verdadeira;

Nenhum homem é humano significa que “o homem x é humano” é sempre falsa;

Algum homem é humano significa que “o homem x é humano” é algumas vezes verdadeira.

Agora trataremos sobre as expressões definidas, as quais contém o artigo *o* (*a*). Tomemos como exemplo a descrição *o pai de Carlos II*. A proposição quer dizer que existe um único indivíduo que é *o pai de Carlos II*. É nesse sentido que Russell diz que o artigo *o* envolve unicidade. Ou seja, quando expressamos o artigo definido estamos tratando somente de um indivíduo, caso inverso acontece com o artigo indefinido.

---

<sup>9</sup> Cf. Russell em sua obra *Introdução à Filosofia da Matemática*, p. 149.

Tomemos como exemplo: quando falamos que “o filho de fulano faleceu” e esse tal fulano tem mais de um filho, o correto seria afirmar que “um filho de fulano faleceu”. Caso acontece com o exemplo de *o pai de Carlos II*, que o artigo *o* está envolvendo unicidade. É por esse motivo que afirmamos que *x era o pai de Carlos II*, sendo que ‘x’ tem uma certa relação com Carlos II e nada mais tem essa relação (Cf. RUSSELL, 1978, p. 05).

O que Russell está querendo tratar em sua teoria é mostrar que sua proposta não vai cair no mesmo erro de Frege e de Meinong como o caso das descrições vazias, por conta disso ele apresenta uma solução que se segue: “x gerou Carlos II” e para obter um equivalente de “x era o pai de Carlos II” deve-se acrescentar “se y gerou Carlos II, y é idêntico a x”. Portanto, “x é o pai de Carlos II”, torna-se: “x gerou Carlos II; e ‘se y gerou Carlos II, y é idêntico a x’ é sempre verdadeira para y” (RUSSELL, 1978, p.05).

Para Russell, a teoria de Meinong, sobre os objetos não subsistirem e a teoria de Frege sobre algumas sentenças não denotarem, como no caso “o rei do Brasil”, denotam a classe vazia. E, para provar que sua teoria é a única capaz de resolver o problema da denotação, Russell apresenta três enigmas:

(I) Se *a* é idêntico a *b*, o que quer que seja verdadeiro em um é verdadeiro no outro, e até mesmo pode-se substituir um pelo outro em qualquer proposição sem alteração da verdade ou falsidade dessa proposição (RUSSELL, 1978, p. 08).

O primeiro enigma expressa a igualdade entre *a* e *b*, ou seja, é um problema acerca da substituibilidade. Nesse caso, se apresentarmos as seguintes sentenças:

- 1- “Dilma é a presidente do Brasil”;
- 2- “a atual presidente do Brasil”.

Via de regra, “Dilma” e “a atual presidente do Brasil” equivalem semanticamente e contribuem para o significado da frase. O que estamos dizendo é que “Dilma” e “a atual presidente do Brasil” se referem ao mesmo objeto ou ela significam a mesma coisa.

Se considerarmos tal hipótese e substituirmos uma pela outra, não pode alterar o valor da proposição. De tal modo, se substituirmos “Dilma”, na sentença: “Dilma gosta de viajar” por “a atual presidente do Brasil”, ficaria:

3- “a atual presidente do Brasil gosta de viajar”

Percebemos que a substituição não alterou o valor de verdade da proposição. Mas se utilizarmos um exemplo diferente.

Imagine uma nova sentença:

4- “João deseja saber se Dilma é a atual presidente do Brasil”.

Vamos utilizar a mesma proposta feita acima e tal sentença resultaria em:

5- “João deseja saber se Dilma é Dilma”

Ou seja, utilizamos o mesmo princípio de identidade, mas percebemos que o valor de verdade foi alterado, já que, João não deseja saber se Dilma é Dilma e sim se Dilma é a atual presidente do Brasil.

(II) Pela lei de exclusão dos meios, ou “A é B” ou “A não é B” deve ser verdadeira. Portanto: ou “o atual rei da França é careca” ou “o atual rei da França não é careca” deve ser verdadeira (RUSSELL, 1978, p.08).

O segundo enigma pode ser caracterizado como o enigma do terceiro excluído e para melhor exemplificar isso imagine-se duas sentenças:

1- “Dilma é careca”;

2- “Dilma não é careca”.

Sabemos que a sentença 1 é falsa e a sentença 2 é verdadeira, haja vista que, temos o conhecimento de que a Dilma não é careca. O que acontece em tal problema é que o termo singular “Dilma” não é careca, implica a falsidade da outra, ou seja, a sentença 1 é falsa e a sentença 2 é verdadeira. Sendo assim, não há nenhuma hipótese de haver uma terceira opção. Mas se pensarmos em outra hipótese como:

3- “O atual rei do Brasil é calvo”;

4- “O atual rei do Brasil não é calvo”.

Caso utilizarmos o exemplo anterior diríamos que a sentença 3 ou a 4 é verdadeira e que implica a falsidade da outra, sendo assim, não havendo possibilidade de uma terceira opção. Mas sabemos que o Brasil carece de um rei, contudo, ele não está entre as coisas carecas e não carecas, e isso contraria a teoria mencionada acima.

Esse enigma causa um dilema, isto é, podemos dizer que as sentenças 3 e 4 carecem de significado, haja vista que o Brasil não possui um rei, e logo assumimos que tais sentenças não possuem significado. Sobretudo, podemos afirmar que isso é absurdo, pois somos capazes de entender as sentenças e por isso elas são dotadas de significado. Devemos levar em conta que “o atual rei do Brasil” é uma descrição definida. Portanto, se as sentenças possuem significado, elas automaticamente devem possuir valor de verdade. Mas tal dilema poderia causar um grande problema, e com isso teríamos que partir da seguinte indagação: como atribuímos o valor de verdade verdadeiro e o falso as coisas que não existem?

(III) Considere-se a proposição “A difere de B”. Se isto é verdade, existe uma diferença entre A e B, fato que se pode expressar sob a forma “a diferença entre A e B subsiste”. Mas se é falso que A difere de B, então não existe diferença alguma entre A e B; fato que se pode expressar sob a forma: “a diferença entre A e B não subsistem” (RUSSELL, 1978, p. 08).

O terceiro enigma é acerca das coisas negativas, ou seja, sobre a teoria do Meinong. Ele propõe que as confusões acontecem porque não notamos a distinção entre *ser* e *não ser* (*sosein*). O que ele está tratando é que por mais que as coisas não existem no mundo real, elas possuem propriedades, isto é, “o atual rei do Brasil” não existe, mas possui a propriedade de ser rei. O mesmo acontece com Papai Noel, Coelho da Páscoa, entre outros. Em resumo, Meinong está basicamente dizendo que todos os objetos têm propriedade, eles existindo ou não. E o que falta para ele existir é a propriedade de existir. Se levarmos em conta tal teoria poderíamos afirmar que o Brasil possui um atual rei. Mas não pretendo detalhar a teoria de Meinong.

Até o presente momento apresentamos brevemente o que Russell desenvolve em sua teoria da descrição, a saber, o que é função proposicional, quantificadores e quais as teorias que Russell critica, e, posteriormente, apresentamos os enigmas que são a base para o desenvolvimento da teoria das descrições. Agora, passemos a explicar o que é a teoria das descrições.

Russell ao desenvolver sua teoria das descrições divide as descrições como definidas e indefinidas. Sobretudo, as descrições definidas são aquelas que selecionam um objeto definido e, o caso inverso acontece com a segunda, ou seja, as descrições indefinidas não têm um objeto definido particular. Um exemplo típico de descrições definidas é “a atual presidente do Brasil” e também “o filho de fulano de tal”, esses exemplos demonstram que o artigo *o(a)* seleciona um objeto definido e particular. Já para as descrições indefinidas apresentamos os seguintes exemplos: “um presidente do Brasil” e “um filho de fulano de tal”, percebemos que o artigo indefinido *um* pode selecionar diversos objetos. Russell tem uma maior preocupação com as descrições definidas, e por conta dessa preocupação ele divide-as em ocorrências primárias e secundárias. A diferença das ocorrências é acerca de que quando uma descrição definida implica a existência de um objeto e isso satisfaz a descrição, é considerada primária; quando não o implica é secundária.

Segundo Russell, quando usamos os termos singulares “George IV” e “Waverley”, e dizemos “George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley”, isso implica que queremos dizer que “George IV desejava saber se um e somente um homem escreveu Waverley, e George IV desejava saber se Scott era esse homem” (Cf. Russell, 1978, p. 11). Assim sendo, a última proposição é ocorrência primária e a primeira proposição uma ocorrência secundária.

A última proposição poderia ser expressa da seguinte maneira; “George IV desejava saber, com respeito ao homem que de fato escreveu Waverley, se ele era Scott” (Ibidem). Notamos que na ocorrência primária George IV deseja saber se um e somente um homem escreveu Waverley e esse homem era Scott, com isso percebemos que a existência do objeto satisfaz a descrição.

Vejamos a construção que Russell apresenta sobre o segundo enigma. Sabemos que o enigma trata das formas que podemos dar às proposições verdadeiras acerca das coisas que não existem. Contudo, se pensarmos: “o atual rei da França é careca ou não é careca”; podemos dizer que essa frase não denota nada, já que Russell apresenta no início do artigo *Da Denotação* que uma expressão pode ser denotativa e não denotar nada (Cf. Russell, 1978, p. 01). Mas para resolver o enigma ele apresenta que quando esta descrição é uma ocorrência primária, a proposição é falsa e quando a ocorrência é secundária a proposição pode ser verdadeira. Para entender esse problema apresentemos os seguintes exemplos.

Na ocorrência primária a sentença que segue é a seguinte:

“Existe uma entidade que é agora o rei da França e é careca”

A descrição “rei da França” é primária e implica um único rei da França. Mas sabemos que a França carece de um rei e com isso podemos afirmar que a sentença é falsa.

Agora para as descrições definidas que empregam uma negação temos que destacar dois casos: uma é verdadeira e a outra falsa. Nesse sentido, temos?

“o atual rei da França não é careca”,

Essa proposição ficaria:

“Existe uma entidade que é agora rei da França e não é careca”.

De fato essa proposição é falsa, mas é verdadeira se significada:

“é falso que existe uma entidade que é agora rei da França e não é careca” (Cf. Russell, 1978, p. 12).

Essa descrição é secundária, logo, a proposição é verdadeira. O que percebemos é que na primeira, a negação aparece depois do quantificador e na segunda a negação é anterior, dando assim uma maior importância à negação e não ao quantificador. Como vemos, as ocorrências primárias e secundárias dão conta dos enigmas apresentados logo acima. "Para Russell, a situação da expressão 'o atual rei da França' é a mesma de termos como 'Pégaso' e 'Papai Noel'" (DUTRA, 2014, p. 113).

Percebemos que a teoria das descrições desenvolvida por Russell tenta mostrar que a teoria de Frege falha ao afirmar que um nome próprio apresenta sentido e não denota nada. Com isso, ele esclarece a teoria da igualdade, ou seja,  $a = b$  de Frege é absurda e que deve ser evitada. Como vimos no texto, Russell mostra que  $a = b$  não é possível. Portanto, ele acredita que a teoria das descrições é capaz de resolver o paradoxo criado por Frege. Segundo Miller:

Além de fazer críticas de pormenor acerca das designações de valor semântico de Frege, Russell também criticou a noção de sentido introduzida por ele. Há duas principais críticas à noção de sentido. A primeira é que a distinção entre sentido e valor semântico é realmente incoerente: Russell descreve a tentativa de Frege ao delinear a distinção como levando uma “trama inextrincável” e escreve que “toda a distinção de [sentido] e [referência] era concebida erroneamente” (MILLER, 2010, p. 80).

Podemos, porém, observar que seu atomismo lógico também falha em determinadas ocasiões. Para Russell, os nomes têm significados quando temos familiaridade com o objeto. Contudo, essa ideia traz consigo uma grande dificuldade. Nesse sentido, quando referíamos a um objeto que existe, podemos atribuir um significado a ele por familiaridade. Caso inverso acontece quando o objeto não existe, dessa forma, não podemos atribuir significado ao objeto. Devemos levar em consideração que na linguagem natural atribuímos significados a determinados nomes que não existem, como por exemplo: Homero. Russell se defende afirmando que nomes como Homero são conhecidos meramente por descrições, sendo assim, Homero é conhecido por uma descrição como: “o autor de *Ilíada* e da *Odisséia*”. Portanto, Russell afirma que esses nomes não são nomes, ou seja, somente podemos afirmar que esses nomes são verdadeiros partindo de uma descrição. Logo, tal conhecimento se dá através de descrição e não por familiaridade.

Segundo Claudio Costa:

No interior do atomismo lógico, o papel da teoria das descrições é o de oferecer uma solução para dificuldades como essa. Aplicada a nomes próprios como “Pégaso” e “Homero”, a solução por ela oferecida consiste em não considerar essas palavras como sendo realmente nomes [...] Assim, se alguém afirma que Homero existiu, essa pessoa está apenas dizendo que uma certa descrição de algo é verdadeira.

Também o conhecimento que temos do significado dos nomes próprios comuns é, para Russell, um conhecimento por descrição e não por familiaridade. [...] As considerações acima não são, contudo, suficientes para eliminar os problemas. A mesma dificuldade relativa à questão da existência se repete quando nomes são substituídos por descrições e elas passam a ocupar o lugar do sujeito interior das sentenças (COSTA, 2002, p. 21-22)

A teoria das descrições de Russell posteriormente atravessou um momento de críticas. P.F. Strawson, Kripke e Donnellan apresentaram suas teses contra Russell, porém não é do meu interesse discutir tais críticas e sim apresentar como o significado se dá na doutrina tradicional semanticista e como ela possibilitou a discussão entre o internismo e o externismo semântico. No próximo capítulo vamos apresentar como esse debate, originário, acerca do significado, gerou diversas concepções sobre a teoria do significado, no que se segue, trataremos sobre a contribuição do externismo semântico, em especial, a do filósofo estadunidense Hilary Putnam.

## CAPÍTULO 2

### 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXTERNISMO SEMÂNTICO

O externismo<sup>10</sup> é uma teoria semântica focada nos problemas originados da questão da referência e significado dos termos linguísticos e seus correlatos mentais. A teoria propõe que os significados das palavras e dos estados mentais estão relacionados com o mundo físico-social-linguístico, isto é, atribuir significado ao termo depende, ao menos em parte, do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação da mente humana com o mundo. Saul Kripke e Hilary Putnam foram os primeiros a formularem o modelo externista contra a teoria semântica tradicional. Segundo tais teorias, o significado de um termo é determinado através de uma cadeia causal externa que liga o termo a uma sequência de eventos externos ao falante.

O debate acerca da noção tradicional de significado possibilitou, no atual contexto da filosofia da mente e da linguagem, a dicotomia entre o internismo e o externismo semântico. O externismo pode receber o nome de “anti-individualismo” somente no caso quando dá ênfase no caráter social daquilo que determina a posse de uma propriedade externa, ou seja, é quando seus argumentos se voltam contra o internismo. Contudo, a corrente que mais se destaca entre as propriedades do externismo é a semântica. Já o internismo semântico é quando a capacidade do ato de fala se relaciona com o objeto do mundo externo, essa relação se dá através de um conceito biológico, isto é, a relação que tenho da minha mente/cérebro ao representar os objetos e os estados de coisas são fenômenos biológicos, portanto, a linguagem e os atos de fala são capacidades da mente humana. Pode, também, receber o nome de mentalismo. Segundo Paulo Faria:

O internalismo [internismo] semântico é a tese segundo a qual os valores semânticos de expressões linguísticas são usualmente independentes das relações não-representacionais que o usuário da

---

<sup>10</sup> É convincente destacar que o termo externismo não aborda somente à semântica. Sobretudo, podemos tratar do *externismo epistemológico* que é quando o indivíduo tem sua crença (acreditar, temer, desejar) cognitivamente justificada; *externismo sobre o conteúdo mental* que é a relação de um evento mental com um conteúdo e o *externismo semântico* que é a teoria na qual vamos abordar. O externismo também pode receber, em determinados casos, o nome de *anti-individualismo*. É importante destacar que, embora, esta dissertação tem o objetivo de investigar o externismo semântico, na perspectiva de Putnam, também se faz necessário, em alguns momentos, investigar o externismo sobre o conteúdo mental. Tal objetivo tem em vista que, “o argumento original de Putnam visava apoiar o externismo sobre *significados*, e depois é que se estendeu ao externismo para o *conteúdo mental*” (FARKAS, 2013, p.05).

linguagem possa ter com seu ambiente natural e social. Assim, proferimentos de indivíduos qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes possuiriam a mesma referência ou o mesmo conteúdo desde de que tais indivíduos se encontrassem nos mesmos estados mentais. O externalismo [externismo] semântico, em contrapartida, é a tese segundo a qual valores semânticos são, ao menos parcialmente, constituídos pelas relações não-representacionais do usuário da linguagem com seu ambiente natural e social. Assim, segundo o externalismo semântico, é metafisicamente possível que proferimentos de indivíduos qualitativamente idênticos em todos os aspectos físicos e funcionais relevantes possuíssem referência ou conteúdo distintos caso tais indivíduos estivessem em ambientes naturais e sociais distintos ainda que seus estados mentais fossem qualitativamente idênticos (FARIA, 2013, p.01)

Saul Kripke, um dos fundadores do externismo semântico, apresenta em sua obra *Naming and Necessity* (2012) críticas às teorias descritivistas dos nomes próprios. Seus ataques são diretamente ligados às teses de Frege e Russell, ou seja, Kripke apresenta uma aproximação das teorias descritivistas com as filosofias de Frege e de Russell. Para Kripke:

Não devo deixar de prestar uma justa homenagem ao poder do complexo de ideias então dominante, derivado de Frege e de Russell, que aí abandonei. A maneira natural e uniforme como estas ideias parecem dar conta de uma variedade de problemas filosóficos – a sua maravilhosa coerência interna – explica suficientemente a atracção duradoura que exerceram. Tenho-me sentido chocado com a prevalência de algumas ideias na comunidade filosófica que pouco ou nada me atraem, mas nunca coloquei nesta categoria a teoria descritivista dos nomes próprios. Apesar de, tal como outros, ter sempre sentido alguma tensão neste edifício, demorei tempo a libertar-me do seu poder de sedução (KRIPKE, 2012, 45).

Segundo Kripke, para os semanticistas tradicionais - Frege e Russell - nomes próprios referem-se a um objeto em virtude de satisfazer uma descrição definida ou um conjunto de descrições definidas associadas ao nome próprio. A partir disso, Kripke encontra um problema na questão de como fixar a referência. Assim, o filósofo propõe substituir as teses de Frege e Russell da seguinte maneira:

Um bebe nasce; os pais dão-lhe um nome. Falam dele aos amigos. Outras pessoas conhecem-no. Através de vários gêneros de conversa, o nome espalha-se de elo em elo, como numa cadeia. Um falante que está mesmo no fim desta cadeia e que, por exemplo, ouviu falar de

Richard Feynman, no mercado ou noutra sítio qualquer, pode estar a referir-se a Richard Feynman mesmo que não consiga lembrar-se de quem foi a primeira pessoa que falou de Feynman ou sequer de ninguém que lhe tenha falado de Feynman. Sabe que Feynman é um físico famoso. Há uma certa cadeia comunicativa que chega ao falante e em cuja outra extremidade está o próprio homem. O falante está então a referir-se a Feynman, ainda que não seja capaz de o identificar de modo único. Ele não sabe o que é um diagrama de Feynman, não sabe o que é a teoria da produção e aniquilação de pares de Feynman. Mais do que isso: teria dificuldade em distinguir Feynman de Gell-Mann. Portanto, ele não tem de saber estas coisas, mas, em vez disso, há uma cadeia de comunicação com origem no próprio Feynman que foi estabelecida, em virtude da sua presença a uma comunidade que passou o nome de elo em elo, e não através de uma cerimônia que faz em privado no seu estúdio: “Através do nome ‘Feynman’ passarei a querer dizer o homem que fez tal e tal e tal e tal” (KRIPKE, 2012, p. 151-52).

Kripke apresenta o argumento modal (é um campo da lógica que estuda os argumentos cuja validade ou invalidade depende de termos como “necessariamente” e “possivelmente”) para mostrar a impossibilidade das teses dos semanticistas tradicionais. Para ele, os nomes próprios são “designadores rígidos”, ou seja, quando fixados aos seus referentes, são designadores destes, em todas as possíveis situações (como diz Kripke, “mundos possíveis”) em que eles existem. O nome de um falante se refere àquela pessoa mesmo quando outro falante usa o nome e possui crenças profundamente equivocadas acerca do indivíduo que o carrega. Assim, o nome “Platão” refere-se a Platão mesmo quando um falante se engana sobre as classes mais importantes desse nome. Nesse sentido, as descrições podem “fixar a referência” de certo termo, a saber, Platão, mas não são parte do significado do nome e nem asseguram a referência quando do seu uso. Isso é feito de maneira mais direta, por meio de uma cadeia causal, pela qual, o nome é transmitido de um falante para o outro. Segundo Kripke:

Há um batismo inicial. Aí, o objeto pode ser nomeado por ostentação; ou, então, a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é transmitido de elo em elo, julgo que o receptor do nome tem de ter a intenção, quando o aprende, de o usar com a mesma referência que o homem a quem o ouviu (KRIPKE, 2012, p. 157-58)

Da mesma forma, Putnam, em *The Meaning of ‘meaning’* fará uso da teoria histórico causal, aos moldes de Kripke, para os termos de espécie natural. No decorrer do capítulo, vamos apresentar as teses de Putnam, em relação à teoria do significado,

por enquanto vamos clarificar como Kripke inaugura a sua teoria do significado, fundada no externismo semântico, e como ele entende a importância dos designador rígido para todos os mundos possíveis. Em seu livro, Kripke nos apresenta uma passagem em que fica clara a sua real posição em relação ao designador rígido e os mundos possíveis:

Digamos que uma expressão é um *designador rígido* se ela designar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis; se não for esse o caso, então trata-se de um *designador não-rígido* ou *accidental*. Como é óbvio, não exigimos que os objetos existam em todos os mundos possíveis. Nixon poderia com certeza não ter existido, se os seus pais não tivessem casado (na maneira normal de estas coisas acontecerem). Quando pensamos que uma propriedade é essencial a um objeto, o que costumamos querer dizer é que ela é verdadeira desse objeto em todos os casos em que este exista. E podemos dizer que um designador rígido de um existente necessário é *fortemente rígido*. Uma das teses intuitivas que irei sustentar nestas palestras é a de que os *nomes* são *designadores rígidos*. (KRIPKE, 2012, 99).

Retomando a ideia de Kripke, a respeito da teoria histórico-causal de referência, o filósofo afirma que se uma palavra foi usada para designar algo, no conjunto histórico, e os falantes daquele período sempre designaram assim, os falantes do período atual devem usar a mesma palavra para designar a mesma coisa, ou seja, “também nesse seu uso presente, o nome em questão é o nome daquele particular enquanto designador rígido para ele” (DUTRA, 2014, p 128). Dessa forma, a tese de Kripke exige as seguintes condições:

- a) Há um ato de batismo, no qual uma palavra é adotada para designar determinado partícula, fixando seu uso;
- b) Há uma série histórico-causal que transmite esse uso de elo em elo, desde o ato de batismo até um uso atual do termo;
- c) Há a intenção do falante atual, em seu uso presente do mesmo termo, de utilizar o mesmo nome para nomear o mesmo particular que aprendeu a nomear com tal nome pela série histórica que vai do ato de batismo até ele, falante atual (DUTRA, 2014, 128)

O que podemos perceber ao analisar as três condições das teses de Kripke, é que: se as condições acerca do nome do particular correspondem aos critérios estabelecidos, significa que os nomes atribuídos aos indivíduos, é um designador daquele sujeito, ou seja, se o falante utiliza o nome para designar o sujeito, e tal falante cumpri os critérios, para determinar o particular, podemos afirmar que ele está preenchendo todos os critérios propostos por Kripke. Assim, ‘Sócrates’ pode designar ‘o mestre de Platão’ como também pode designar o nome do cachorro do meu vizinho, que também é um designador rígido. A teoria de Kripke influenciou vários filósofos. Dentre eles: Hilary Putnam e Tyler Burge. Como afirma Techio:

Os trabalhos de Hilary Putnam e de Tyler Burge – ainda que sejam em grande medida independentes da análise de Kripke – fundamenta-se sobre essa mesma ideia central, explorando suas aplicações no âmbito mais geral da teoria do significado e da filosofia da mente (TECHIO, 2010, p.221).

Tyler Burge também sai em defesa do externismo e propõe um experimento mental (que em certo modo representa um mundo possível) como justificativa de refutar o individualismo. Em seu artigo *Individualism and the Mental* (1979), seu foco é apresentar e defender que os conteúdos dos estados mentais são, ao menos em parte, determinados pelo entorno físico-social-linguístico. De acordo com Leclerc:

O Externismo de Tyler Burge (que prefere “antiindividualismo” como rótulo) vale para qualquer tipo de expressão e tem um caráter social mais evidente, pois a existência de convenções linguísticas diversas em diferentes comunidades linguísticas mostra como o conteúdo vericondicional de nossos pensamentos é diretamente afetado por estas convenções (LECLERC, 2014, p.5).

Para compor seu argumento, Burge apresenta um experimento mental da “Artrite” (de certa forma esse experimento é semelhante ao de Putnam). O experimento consiste em imaginar que um indivíduo no mundo atual sente intensas dores, cuja causa foi diagnosticada como artrite. Dias depois, o indivíduo sente novamente a mesma dor, porém, na coxa, logo, o indivíduo atribui a dor como Artrite, mas o diagnóstico mostra que a dor que o indivíduo sente não é artrite, haja vista que artrite somente ocorre nas articulações. Burge apresenta seu argumento através do seguinte mundo possível: imaginemos um mundo idêntico ao atual e que os indivíduos são iguais ao deste mundo,

porém, nesse mundo possível, artrite não é somente uma doença que ocorre nas articulações; ela também é uma doença que ocorre nos ossos. O que Burge trata nesse argumento é o que se segue: artrite tem o mesmo significado no primeiro e no segundo caso? Segundo Burge, os significados são distintos em ambos os casos, ou seja, a sua proposição é semelhante a de Putnam, de que os estados mentais não são totalmente individuais. Portanto, os significados não podem estar na cabeça.

Putnam nos seus artigos *Is semantics possible?* (1975), *Meaning and Reference* (1973) e posteriormente de forma mais elaborado em *The Meaning of 'meaning'* (1975) realiza uma crítica à teoria semântica tradicional, afirmou que tal teoria se baseia em propriedades falsas das palavras. Putnam afirma que à teoria tradicional se baseia no seguinte absurdo:

(I) Saber o significado do termo consiste apenas em estar num determinado estado psicológico<sup>11</sup>.

(II) A intensão<sup>12</sup> (sentido) de um termo determina a sua extensão<sup>13</sup> (referência), ou seja, termos com a mesma intensão, logo a extensão também será a mesma.

Nesse sentido, observamos que a teoria tradicional afirma que o conteúdo intencional do indivíduo é totalmente independente do mundo externo. Sobretudo, a extensão é determinada independentemente da relação da mente com qualquer coisa exterior. Ou seja, são os “estados psicológicos em sentido estrito” que determinam a extensão de um termo. Logo, os significados não estão na cabeça.

---

<sup>11</sup> Estados psicológicos são estados intencionais (acerca de algo). Podemos caracterizar que estados intencionais são algo do tipo “x deseja que p” é basicamente quando um indivíduo cumpre um conteúdo intencional acerca daquilo que ele deseja. Os estados psicológicos podem também ser divididos em *sentido estrito* e *sentido lato*. De certa forma, *estado psicológico em sentido estrito* é aquilo que não pressupõe nada além da mente do indivíduo, caso inverso acontece com o *estado psicológico em sentido lato* que os conteúdos dependem do mundo externo para se relacionarem. Putnam vai atribuir que o erro da teoria tradicional é dar importância ao *estado psicológico em sentido estrito* dessa forma ele chama isso de “*solipsismo metodológico*”.

<sup>12</sup> A intensão de um termo se refere a uma associação mental com um determinado termo, isto é, um conceito que fica em nossa cabeça quando ouvimos um determinado termo. Por exemplo, quando alguém pronuncia o termo ‘cachorro’, em minha mente se encontra uma característica definidora de cachorro. Dessa forma, posso diferenciar essa característica definidora mental de cachorro, de um cavalo, gato, tigre, etc.

<sup>13</sup> A extensão de um termo é um conjunto ou classe de coisas a que um termo se refere. Ou seja, quando expressamos uma sentença do tipo “a criatura com coração”, podemos estar referindo aos seres humanos, cachorros, tigres ou a qualquer outro indivíduo que tenha coração.

Na tentativa de superar à teoria semântica tradicional, Putnam apresenta dois argumentos, a saber: o argumento da Terra Gêmea (*Twin Earth*) e a divisão sócio-linguística (*A socio-linguistic hypothesis*). No primeiro argumento considerado um dos mais influentes e mais importantes experimentos mentais da filosofia, Putnam apresenta que dois falantes, sejam  $F_1$  e  $F_2$ , podem se encontrar no mesmo estado psicológico, ou seja, podem cumprir a mesma intensão de um termo, porém o termo cumpre diferente extensão. No segundo, Putnam apresenta que a definição do significado se dá através da coletividade, ou seja, é através da relação de um indivíduo com um especialista que atribuímos significados aos termos de espécie de tipo natural. No decorrer do capítulo, retornaremos aos experimentos mentais da terra gêmea e da divisão sócio-linguística com mais propriedade. Neste momento, a nossa intenção é de mostrar quais são as considerações sobre o externismo semântico.

Por fim, este capítulo tem o objetivo de investigar e apresentar o externismo semântico e a sua contribuição para à teoria do significado. Contudo, pretende-se compreender o que o filósofo estadunidense Hilary Putnam entende por mente, e qual a importância deste conceito para o externismo semântico, em sua filosofia da mente e da linguagem. Para tanto, é importante compreender, primeiramente, o conceito de funcionalismo, de estados mentais e a relação entre esses conceitos com o externismo semântico, de Putnam. A necessidade de dedicar uma análise sobre os conceitos de funcionalismo e de mente é importante para que possamos compreender qual foi a incompatibilidade que Putnam encontrou entre o funcionalismo e o externismo semântico, optando, no decorrer da sua filosofia, pelo abandono do funcionalismo por conta da incompatibilidade com o mundo externo. No percurso do capítulo, vamos esclarecer qual foi a dificuldade que Putnam encontrou quando propôs uma compatibilidade entre o funcionalismo e o externismo semântico.

### ***3.1 Funcionalismo***

A importância da análise do conceito de funcionalismo (ou funcionalismo computacional) e externismo semântico na filosofia de Putnam é necessária, justamente, pelo motivo que o externismo semântico supera o funcionalismo, proposto por Putnam nos anos 60. Posteriormente, o funcionalismo é abandonado pelo filósofo, no fim dos anos 80. Desde modo, é importante compreender: o que é o funcionalismo? Qual a sua

importância para a filosofia da mente? Qual o motivo que levou o Putnam a abandonar o funcionalismo e adotar somente o externismo semântico em sua filosofia da mente e da linguagem? Assim exposto, vamos analisar de forma breve esses conceitos, e posteriormente apresentar como o externismo semântico ocupa uma vaga privilegiada na filosofia de Putnam.

O que é funcionalismo? O funcionalismo, em filosofia da mente, é uma teoria que trata das questões relativas ao problema corpo/mente, e pode ser explicado por teses que envolvem e remontam uma teoria da mente. Trata da relação da mente, dos fenômenos mentais e dos seus componentes físicos, ou seja, o funcionalismo é uma teoria que trata os eventos e estados mentais como não físicos. Os eventos e estados mentais não são produtos de uma análise eletro físico-química, mas sim funcionais.

Tal proposta feita por Putnam é uma forma reducionista, ou seja, o filósofo reduz os estados mentais do cérebro a eventos computacionais. Para Putnam, o cérebro pode ser reduzido a algo similar a um *hardware* e os eventos mentais a um *software* de um computador. Isto é, só podemos ter uma relação da mente com o mundo a partir de funções. Aqui temos uma definição de mente que Putnam, na década de 60, defende. No entanto, é bom destacar que Putnam não estava preocupado em tratar de problemas em torno da constituição da mente, ou seja, o que é a mente? Como a mente é constituída? O seu estudo se dirigia a questões das funções dos eventos mentais ou estados mentais, como a dor, por exemplo. Mais adiante trataremos da natureza dos estados mentais.

Para Putnam os eventos e estados mentais não são reduzidos à processos biológicos<sup>14</sup>, mas, sim, a funções causais como mencionado acima. Segundo Kim:

O funcionalismo também é, frequentemente, considerado uma forma de fisicalismo não-reducionista. De acordo com esta posição, as propriedades psicológicas não são propriedades físicas ou neurais (caráter do fisicalismo reducionista), mas tipos funcionais, em que um tipo funcional é uma propriedade definida em termos de estímulos (*inputs*) e resultados (*outputs*) causais. Para dar um exemplo familiar, a dor é dita ser um tipo funcional, em que estar com dor é estar em algum estado físico/biológico, que geralmente é causado por certos tipos de *inputs* (por exemplo, danos nos tecidos) e que faz com que causa determinados *outputs* (por exemplo, gemer, estremecer, comportamento de fuga). (KIM, 1999, p. 646).

---

<sup>14</sup> Nos próximos capítulos vamos dedicar a compreender o que é reduzir os estados mentais a processos biológicos. O nosso objetivo é compreender como o filósofo estadunidense John Searle trata da redução dos significados a processos biológicos.

O funcionalismo pretende definir o cérebro como uma máquina (um computador), no qual a mente é um programa e o computador ao receber informações processa essas informações por meio do programa que recebe através de um *input*.

Segundo Claudio Costa:

Particularmente impressionante é o assim chamado funcionalismo da máquina, posto em circulação por Putnam, que se vale de uma analogia entre cérebros e computadores. Um computador é um *hardware*, um sistema material, no qual é implementado um *software*, o programa, que é constituído por um sistema de regras que permitem o processamento dos dados recebidos. Ora, também nós somos constituídos por um *hardware*, que é o cérebro, e por um *software*, ao qual damos o nome de mente! Assim, a mente nada mais é do que o programa implementado no cérebro, e os estados mentais são os seus estados funcionais. Certamente o “programa mental” nada tem a ver com os *softwares* que são atualmente implementados em computadores, mas o princípio é o mesmo. (COSTA, 2005, p. 28-9).

De fato a proposta funcionalista de Putnam ganhou muita influência no cenário da filosofia da mente. Embora, o filósofo rejeite, em parte, o funcionalismo, isso não faz da teoria um grande fracasso<sup>15</sup>. Muito pelo contrário, ela trata de questões importantes para o atual contexto da filosofia da mente, como: a causalidade mental, teoria da identidade, externismo semântico e internismo semântico. Ainda na questão do abandono do funcionalismo, Putnam diz:

---

<sup>15</sup> De fato é complicado defender que a teoria funcionalista é um fracasso, ou que ela já não tem tanto espaço, no atual contexto filosófico ou científico. Aqui podemos citar o filósofo Daniel Dennett, ex-aluno de Willard Van Orman Quine e de Gilbert Ryle, que sofreu influência do naturalismo de Quine e que, por fim, propôs um formato de funcionalismo naturalista. Segundo, Teixeira: "a filosofia da mente de Dennett acompanha a tradição naturalista do século XX, ou seja, uma visão segundo a qual a natureza do mental pode ser explicada pela ciência, rejeitando abordagens espirituais e incursões pelos campos da metafísica. Dennett acredita que desta forma poderemos explicar o funcionalismo da mente, primeiro "desmontando-a" para depois replicá-la em modelos" (TEIXEIRA, 2008, p. 14-5). Até o presente momento, o funcionalismo naturalista de Dennett é aceito, em grande parte da comunidade científica, principalmente quando se trata dos cientistas da inteligência artificial (IA). Como bem apresenta Teixeira, na obra em homenagem à filosofia da mente de Dennett, "A mente segundo Dennett (2008): "Dennett não descarta a possibilidade de que possamos atribuir intenções, crenças e desejos a um computador ou a um robô que não possua um cérebro biológico como o nosso. Atribuir intenções, crenças e desejos a um sistema complexo não pressupõe que ele seja dotado de um substrato físico específico; este substrato pode variar desde nossa neurofisiologia até os mais diversificados *hardwares* de computador. Essa é a chamada perspectiva funcionalista - que vigorou nos anos de 1970 - e é nesse sentido que a filosofia da mente de Dennett foi muito bem recebida pelos pesquisadores da inteligência artificial, ou seja, pela aposta na possibilidade de construir dispositivos inteligentes com material e arquitetura distintos da composição físico-biológica do cérebro humano" (TEIXEIRA, 2008, p. 47).

Não podemos perguntar sensatamente se as leis da "psicologia popular" provêm ou não de algum conjunto de identidades pressupostas entre os atributos tratados pela psicologia popular e algum conjunto de propriedades computacionais (juntamente com a descrição do "programa" que define essas propriedades computacionais), pois, como defendi alhures, a noção de "propriedades computacionais" depende essencialmente *do formalismo em que o "programa" está escrito*, e ninguém tem a mínima ideia do que é um formalismo mediante o qual se podem escrever programas que reduzem a psicologia popular. Enquanto não tivermos atribuído um significado determinado a uma propriedade computacional, todo esse discurso sobre o funcionalismo é mera *ficção científica* (PUTNAM, 2008, p. 116)

Assim, continua Putnam:

Logo, se "acreditar que há igrejas em Viena" for um estado funcional, tem de ser uma estado internamente relacionado com a posse desses conceitos. Será, contudo, a posse de conceitos um estado funcional? (No meu próprio pensamento, o fato de levantar essa questão foi o princípio do fim de minha ligação com o funcionalismo) (PUTNAM, 2008, p. 153).

Feito, brevemente, a análise do funcionalismo em filosofia da mente, passamos, agora, a analisar os estados mentais, mais especificadamente, o artigo "A natureza dos estados mentais" (1975), de Putnam.

### ***3.1.1 A natureza dos estados mentais***

Em "A natureza dos estados mentais", Putnam inicia seu artigo questionando sobre a "dor", ou seja, parte das seguintes questões: 1) como sabemos que as outras pessoas têm dores? 2) as dores são estados mentais? 3) o que é a análise do conceito dor? No entanto, a questão que o filósofo pretende elucidar é: as dores são estados mentais?

O conceito dor, ou a sensação de dor, toma um lugar privilegiado no funcionalismo. Putnam parte da premissa que estados mentais ou a relação desses estados mentais tem com o comportamento corporal, não são reduzidos a aspectos físicos. O que Putnam quer dizer é que o conceito dor não é o mesmo conceito (ou, não é sinônimo) de estar em um determinado estado cerebral.

É importante destacar que o funcionalismo se difere do behaviorismo. Enquanto o behaviorismo sugere *input* perceptual e *output* comportamental, sem identificar estados internos, como por exemplo, a visão de nuvens escuras, que por sua vez causa estados internos, como o pensamento de que as roupas no varal ficarão molhadas, e que o guarda-chuva o protegerá ao sair - o que causa *output* -, como o ato de recolher a roupa e pegar um guarda chuva ao sair (Cf. COSTA, 2005, p. 28). Neste ponto que o funcionalismo se difere do behaviorismo, ou seja, os behavioristas não deram atenção aos estados internos, ao contrário dos funcionalistas que reconheceram a teoria os estados internos. Segundo Churchland:

Essa concepção pode trazer o behaviorismo à mente do leitor, e, de fato, ela é herdeira do behaviorismo. Porém, há uma diferença fundamental entre as duas teorias. Enquanto o behaviorismo esperava definir cada tipo de estado mental exclusivamente em termos de entrada de dados do meio ambiente e saídas comportamentais, o funcionalismo nega que isso seja possível. Para o funcionalista, a caracterização adequada de quase todos os estados mentais envolve uma referência não-eliminável a uma série de estados mentais com os quais o estado mental em questão está conectado em termos causais, e, assim, uma definição reducionista exclusivamente em termos de entradas e saídas é totalmente impossível. Dessa forma, o funcionalismo está imune a uma das principais objeções contra o behaviorismo. (CHURCHLAND, 2004, p. 68).

Segundo o modelo funcionalista de Putnam, estados mentais não podem ser reduzidos a estados neurofisiológicos, ou estados cerebrais. A dor não pode estar localizada especificadamente em uma localização neural, pelo contrário, afirma Putnam, a dor é possível em qualquer sistema nervoso.

Para justificar a sua tese de que a dor é possível em qualquer sistema nervoso, ou em qualquer estrutura neural cerebral, Putnam apresenta o exemplo do reino animal, no qual existem diversas estruturas cerebrais, em diversas espécies animais. No entanto, essas diferenças estruturais em nada modificam o resultado da dor, ou seja, os estados mentais ou os estados funcionais não sofrem nenhuma alteração em relação à dor. O que o filósofo quer dizer é que os estados mentais não são exclusivos dos cérebros humanos, podemos falar em inteligência artificial, e os “cérebros” artificiais de robôs podem produzir estados mentais, isto é, os estados mentais não são produtos exclusivos de uma rede neurofisiológica.

Para fundamentar a teoria do funcionalismo, Putnam se apodera da teoria da máquina de Turing. Com isso, Putnam pretende mostrar que é possível, através do exemplo da máquina de Turing, demonstrar que a natureza dos estados mentais é como a natureza dos estados automáticos da máquina. O que parece é que Putnam tinha o interesse de universalizar o conceito de estados mentais aos moldes dos estados automáticos da máquina de Turing. Por conta dessa redução, do cérebro biológico a um supercomputador, Putnam foi alvo de muitas críticas. Claudio Costa apresenta uma consequência do funcionalismo:

Outra consequência do funcionalismo é que sendo o mental definido em termos puramente funcionais, o substrato material não precisa ser um cérebro biológico. Se pudermos implementar o programa de uma mente humana em um supercomputador, ou no cérebro biônico de um andróide, essas máquinas passarão a ter mentes humanas! Há entusiastas do funcionalismo que previram a conquista da imortalidade com base nisso: no dia em que a inteligência artificial estiver suficientemente desenvolvida, acreditam eles, poderemos escanear o programa de uma mente humana e implementá-lo em um supercomputador, de modo que essa mente possa a partir de então viver para sempre entre os seus microcircuitos. Uma pessoa poderá, inclusive, ter o seu programa guardado em um disquete como seguro de vida: caso ela venha a falecer, o precioso *software* poderá ser implementado no primeiro supercomputador disponível. (COSTA, 2005, p. 29-30.)

De fato, o funcionalismo tem seus problemas, reduzir o cérebro humano ao de um supercomputador é um deles. Na década de 80, o próprio Putnam refutou o funcionalismo. O filósofo percebeu a incompatibilidade do funcionalismo com o externismo, isto é, o funcionalismo tinha uma enorme dificuldade em se relacionar com o externismo semântico e com o conteúdo mental. O próprio Putnam destaca a problemática em seu livro "Corda Tripla: Mente, Corpo e Mundo" (2008). O filósofo externista, na seção, "Onde perdi o rumo, do respectivo livro, destaca o distanciamento do funcionalismo e a incompatibilidade com o mundo externo:

Meu relato de nosso funcionamento mental era apenas um relato "cartesiano *cum* materialista", uma descrição em que o fato de podermos ter acesso a algo exterior a nosso "*inputs*" tinha que parecer mágico - aqueles "*qualia*" que julguei que podiam ser identificados com "*ocorrências físicas*". Na medida em que eu estava consciente de algo que se pudesse chamar de "realismo direto", esse realismo direto era apenas uma reforma linguística superficial, cuja única função era elaborar uma modificação verbal na forma de apresentação da imagem

tradicional. Se defendermos, como eu fiz, a imagem tradicional corrigida, a modificação verbal (modificação que consiste em admitir que podemos *dizer* que "observamos" coisas exteriores, mas que deve ser *entendida*, evidentemente, no sentido de que essas coisas nos levam a ter determinados "*qualia*" e que o fazem da "forma apropriada") parece ser, no fundo, apenas uma maneira de esconder um problema, o de como até mesmo nossas percepções podem ser percepções determinadas de coisas exteriores particulares, problema que eu mesmo me vi "descobrimo" quando destaquei que podíamos entender que as restrições operacionais da interpretação de nossa linguagem referem-se justamente a nossos dados dos sentidos (PUTNAM, 2008, p. 36).

O que podemos perceber é que Putnam tem três fases para o funcionalismo. Na década de 60 ele formula um modelo funcionalista, que, então, se baseia nas funções do cérebro, ou seja, reduz a mente humana a um *software* ou um programa de computador. A segunda fase é durante período dos anos 70, no qual, o filósofo tenta melhorar o funcionalismo e afirma que a máquina de Turing não satisfaz as necessidades de explicação do modelo mecânico de mente, ou seja, neste período a máquina de Turing perde a sua utilidade para a teoria do funcionalismo. No final dos anos 80, Putnam nega por completo o funcionalismo, alegando a incompatibilidade com o externismo semântico.

Desde que escrevi "The Meaning of 'Meaning'", tenho defendido a visão de que o conteúdo de nossas palavras depende não somente do estado de nossos cérebros (seja ele caracterizado em termos funcionais ou neurofisiológicos), mas também de nossas relações com o mundo, do modo como estamos envolvidos por uma cultura e por um ambiente físico. Uma criatura sem cultura e sem ambiente físico, com que pudesse interagir, seria uma criatura que não poderia nem pensar, nem se referir a qualquer coisa, ou, pelo menos (para evitar o notório problema da linguagem privada), não poderia pensar sobre ou se referir a qualquer coisa fora de si própria. Afirimo que, dados a nossa fisiologia e o nosso ambiente, o fato de que H<sub>2</sub>O seja o líquido que bebemos, tem tudo a ver com a fixação do significado do termo "água". Afirimo que, o fato de que Au seja a substância a que os especialistas se referem com o termo "ouro" (e as relações culturais de deferência semântica entre nós, leigos, e aqueles especialistas) têm tudo a ver com a fixação daquilo a que o termo "ouro" se refere em nosso discurso leigo. Por si mesmas, meras relações computacionais entre eventos discursivos e eventos cerebrais, assim como relações físicas e químicas, não dão qualquer conteúdo a qualquer palavra. Mas isso implica que nenhum estado mental que tenha conteúdo (nenhuma "atitude proposicional") pode ser idêntico a um estado cerebral, ainda que seja um estado cerebral caracterizado computacionalmente (PUTNAM, 1997, p.36 apud MEDEIROS, 2011, p. 20).

Para melhor esclarecer o caminho que o funcionalismo percorreu na filosofia da mente de Putnam, vale destacar o externismo semântico e compreender os argumentos dados pelo filósofo, a saber, o argumento da Terra Gêmea e da Divisão Sócio-Linguística. No que se segue trataremos de forma breve os argumentos.

### 3.2 *Terra gêmea*

Um dos problemas de maior relevância acerca do externismo semântico em filosofia da mente e da linguagem é o seguinte: o significado é uma entidade privada mental? Ou seja, quando comunicamos a palavra “tigre”, o significado de “tigre” é uma entidade mental, ou o significado ultrapassa o campo do mental, estabelecendo uma relação da mente com o mundo externo?

Putnam, em seu artigo *Meaning and Reference* (1973), afirma que o significado não pode ser uma entidade privada mental e que os semanticistas tradicionais caíram num erro ao rejeitar que os significados são entidades mentais. Segundo Putnam, a doutrina tradicional pensou os conceitos como algo mental, ou seja, o significado de um termo é um conceito ou uma crença que os falantes associam ao termo. É com o intuito de refutar essa teoria que Putnam formulou o experimento mental da Terra Gêmea.

Em *The Meaning of 'meaning'* (1975), Putnam apresenta suas teses a favor do externismo semântico e suas críticas ao individualismo, às quais causaram um grande impacto na filosofia da linguagem e da mente. Tais teses têm como objetivo fundamental refutar, basicamente, toda teoria que, em particular, sustenta que o conhecimento, os estados mentais e os significados das palavras são processos eletroquímicos do cérebro. Tal teoria busca determinar como podemos instanciar o significado, ou seja, cabe a pergunta: é através da relação da mente humana com o mundo externo que formamos o significado? Ou os significados são simplesmente produto do nosso cérebro? Será que os significados são produtos da vida biológica ou são formados através de uma relação causal com o mundo externo? Como a linguagem se relaciona com o mundo?

A doutrina tradicional sustenta que a referência é determinada por estados mentais, ou seja, saber o significado de um termo é apenas uma questão de estar em um determinado estado mental e a intensão de um termo determina a sua extensão. Logo, se

é apenas uma questão de estar em um determinado estado mental e a intensão determina a extensão, pode-se afirmar que é o estado psicológico que determina o significado. Portanto, os significados são instanciados em nossas cabeças. Segundo Putnam,

Por menos clara que seja, a doutrina tradicional, segundo a qual a noção de "significado" possui a ambiguidade extensão/intensão, têm certas consequências típicas. A maioria dos filósofos tradicionais pensou os conceitos como algo mental. Desse modo, a doutrina segundo a qual o significado de um termo (isto é, o significado "no sentido de intensão") é um conceito que carrega a implicação de que os significados são entidades mentais. Frege e, mais recentemente, Carnap e seus seguidores, contudo, se rebelaram contra esse "psicologismo", como eles o denominaram. Percebendo que os significados são propriedades públicas - que o *mesmo* significado pode ser "aprendido" por mais de uma pessoa e por pessoas em diferentes momentos -, identificaram conceitos (e conseqüentemente "intensões" ou significados) com entidades abstratas e não com entidades mentais. Contudo, a "apreensão" dessas entidades abstratas continuava sendo um ato psicológico individual. Nenhum desses filósofos duvidou que compreender uma palavra (conhecer sua intensão) consistia apenas em estar num determinado estado psicológico (mais ou menos como saber multiplicar números de cabeça é apenas uma questão de estar num certo estado psicológico muito complexo) (PUTNAM, 2013, p. 283).

De acordo com Putnam, os significados dos termos linguísticos e seus correlatos mentais estão relacionados com o mundo físico-social-linguístico, isto é, atribuir significado ao termo depende, ao menos em parte, do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação causal da mente humana com o mundo. E, para refutar a teoria semântica tradicional, Putnam formulou o experimento mental da Terra Gêmea. Em suma, Putnam não atribuiu aos significados a condição de instâncias privadas mentais, ou seja, o único lugar que os significados estão é no mundo externo, ou seja, "corte a torta da forma que desejar, os significados não estão na cabeça" (PUTNAM, 1975, p.227). De acordo com Leclerc:

Na semântica filosófica clássica, a intensão de um termo *sempre* determina a sua extensão. Compreender a intensão é saber a que coisa ou tipo de coisas a palavra se aplica em qualquer situação possível. É dominar uma regra ou função. Como o conteúdo mental é especificado por uma frase de uma língua pública, as propriedades semânticas dessa frase são imediatamente transferidas ao conteúdo mental. Assim, o conteúdo mental deveria também determinar a referência mental. Ora, a famosa experiência de pensamento de

Putnam mostra que não é bem assim. Substâncias podem ser iguais quanto ao “estereótipo” (o conjunto de suas qualidades fenomenais), mas ter uma estrutura interna distinta (nefrita/jadeita, ouro/pirita de ferro, etc.). Afinal das contas, o valor semântico mais fundamental, na semântica filosófica clássica desde Frege, é a referência ou a extensão. Não é uma surpresa se a estrutura interna de uma substância pode determinar a extensão de termo que a ela refere, particularmente no caso dos termos de espécies naturais (LECLERC, 2014, p. 10-11).

No artigo de 1975, Putnam apresenta o argumento clássico a favor do externismo semântico: o argumento da Terra Gêmea. Nessa ficção ou hipótese de pensamento, Putnam faz com que se imagine viajar para um mundo idêntico à Terra. O filósofo pede que se imagine uma Terra idêntica a esta, molécula por molécula, porém, a água da Terra Gêmea não possui as mesmas propriedades químicas que a água da Terra possui, ou seja, H<sub>2</sub>O. Mas ela possui a mesma propriedade fenomênica: é incolor, bebível, corre nos rios, lagos e etc.. A água da Terra Gêmea é composta pelos elementos químicos XYZ. Agora, imagine-se que nessa Terra há alguém fisicamente idêntico a um terráqueo em todos os aspectos. Imagine-se também que esse alguém (Putnam vai chamar esse terráqueo gêmeo de *Doppelgänger*, do alemão para duplo ou gêmeo) e o terráqueo se encontrassem num dia muito quente e acabassem bebendo um copo de água para saciar a sede, ambos têm o pensamento de que a água está refrescante. A questão que surge é: será que ambos pensam a mesma coisa, sendo a referência diferente? O argumento de Putnam que segue é que embora os falantes estejam no mesmo estado psicológico, eles não entendem a mesma coisa, pois o falante da Terra significa a palavra água como sendo H<sub>2</sub>O e o gêmeo significa a palavra água como sendo XYZ. A partir deste ponto, Putnam apresenta seu *slogan* - os significados não estão na cabeça.

Pode-se dizer que os significados das palavras e dos pensamentos dependem, em parte, das relações com o entorno físico e social, ou seja, a intencionalidade (a direção do pensamento do falante a uma referência) depende do contexto. O que Putnam propõe é que quando o terráqueo diz a palavra água (H<sub>2</sub>O) e o seu gêmeo diz a palavra água (XYZ) ambos estão no mesmo estado psicológico, ou seja, a intenção é a mesma, mas a extensão é diversa. Portanto, o estado psicológico de ambos não é suficiente para determinar a extensão da palavra.

Segundo a teoria semântica tradicional, uma vez que o terráqueo e o seu gêmeo apreendem o termo água, é o mesmo que afirmar que eles associam exatamente os

mesmos conceitos ou a mesma descrição. Embora para os tradicionais, o significado se dá através de uma propriedade fenomênica. Ora, tanto o terráqueo e o seu gêmeo estariam atribuindo o significado a água pelas suas propriedades fenomênicas, sendo assim, quando um toma um copo de água e o outro também, o estado psicológico que eles se encontram é o que determina a extensão.

Para mostrar que a teoria tradicional parte de um erro, e que os significados não podem ser determinados através da observação, Putnam pede para que imaginemos viajar para a Terra Gêmea num período em que a ciência já se encontra em sua forma mais evoluída, ou seja, agora sabemos que a estrutura química da água na Terra é  $H_2O$  e a estrutura química da água na Terra Gêmea é XYZ. Putnam faz questão em lembrar aos seus leitores que, por volta do ano de 1750, a estrutura química da água não tinha sido descoberta, e que tanto na Terra e na Terra Gêmea, o erro de estar atribuindo significado idêntico a água poderia ocorrer. No entanto, a água no idioleto do terráqueo quer dizer  $H_2O$  e no idioleto do terráqueo gêmeo quer dizer XYZ. Portanto, água na Terra tem significado diferente da água da Terra Gêmea. Segundo Leclerc:

A tese tradicional em semântica filosófica é que o conhecimento do significado de um termo é um estado psicológico *exíguo* e que a intensão de um termo sempre determina a sua extensão. Joaquim e seu Doppelgänger estão nos mesmos estados físicos e psicológicos. Como eles têm pensamentos diferentes, a saída para a concepção tradicional da semântica clássica e a tese da superveniência local é defender a existência de um conteúdo exíguo: se desconsiderarmos as relações individuantes entre os conteúdos mentais de Joaquim e os de seu Doppelgänger e o ambiente respectivo de cada um, podemos restaurar a identidade entre os conteúdos e pretender, como os internistas, que são os conteúdos exíguos, e não os conteúdos largos, que importam para o conhecimento dos significados e a explicação das ações. Trivialmente, se apagamos todas as diferenças entre duas coisas, elas acabarão, no final do processo, como qualitativamente idênticas! Um conteúdo largo ou pleno é um conteúdo mental cuja posse pressupõe a existência de algo no ambiente do portador do estado, ou a existência do portador num momento anterior ou posterior à posse do estado mental. Um estado mental com conteúdo largo é *de re*. Se Joaquim percebe uma laranja, então existe uma laranja no seu ambiente imediato (de outro modo, ele não percebe, mas alucina). Um conteúdo exíguo é tal que sua posse não requer a existência de algo no ambiente. Dois cérebros numa cuba, qualitativamente idênticos, conectados a um supercomputador num laboratório, poderiam ser induzidos a ter a mesma alucinação. Joaquim e seu Doppelgänger, neste caso, teriam necessariamente os mesmos pensamentos (LECLERC, 2014, p. 15-16).

A tese de Putnam parece de certa forma muito coerente e, de difícil dissolução. Ora, se utilizarmos outros objetos de tipo natural, como por exemplo, o ouro. Imaginemos que em uma determinada época não tínhamos uma ferramenta que fosse possível de distinguir o ouro dos demais metais. De certa forma, seríamos obrigados a atribuir o significado de termo ouro a outros metais que fenomenicamente fossem idênticos a ouro. Porém, se em certo dia um indivíduo criasse uma ferramenta que fosse possível distinguir ouro de outros metais, teríamos como separar ouro de outros metais e não hesitaríamos em dizer que o ouro é formado por uma propriedade química diferente daqueles metais que acreditávamos ser ouro. Sobretudo, reconheceríamos o nosso erro. Caso parecido acontece com os astrofísicos que procuram água em nosso sistema solar. Esses estudiosos não buscam água por propriedade fenomênica e sim pela sua estrutura química. Já tivemos experiência de possíveis surgimentos de água em outros planetas do nosso sistema solar, porém quando feita a análise dessa água, os químicos constataram que aquilo que pensávamos ser água nada mais era que outro composto químico, mas não água. Se concordarmos com os argumentos de Putnam, parece que ele conseguiu refutar à teoria semântica tradicional, no âmbito dos termos para tipos naturais. Já para os nomes próprios poderíamos usar de forma similar a mesma teoria. Dessa forma, para que fique mais claro o argumento da Terra Gêmea, de Putnam, segue-se a sua estrutura:

- (1) Se dois termos *A* e *B* tem o mesmo sentido, então terão a mesma referência.
- (2) *A* e *B* cumprem o mesmo sentido, e dois falantes *F1* e *F2* (gêmeos) associam os mesmos conceitos *A* e *B*.
- (3) Logo, *A* e *B* têm a mesma extensão.
- (4) Mas *A* e *B* cumprem extensões diferentes, já que sabemos que água na Terra é  $H_2O$  e água na Terra Gêmea é *XYZ*.
- (5) Logo, a premissa (1) é falsa, ou seja, o estado psicológico (o conceito que associamos a palavra) não é suficiente para determinar a extensão.

Portanto, a intensão dos termos para tipos naturais e o estado psicológico não são suficientes para determinar a extensão, e as descrições fenomênicas, para tipos

naturais, também não são suficientes para determinar a extensão. Sobretudo, de forma mais elaborada segue as duas Teses de Putnam (TP) a favor do externismo:

(TP1) A intensão, para termos naturais, não pode determinar a extensão desses termos.

Logo, segue a segunda tese:

(TP2) O conteúdo descritivo, dos termos naturais, não é suficiente para determinar a extensão.

Baseado em suas teses, Putnam afirma: os significados não estão na cabeça.

Após feito a reconstrução dos argumentos da Terra Gêmea, de Putnam, passemos agora a explorar as teses do segundo argumento – a divisão sócio-linguística - que o filósofo externista nos apresenta.

### ***3.3 A divisão sócio-linguística***

O segundo grande argumento que Putnam apresenta, a saber, a divisão sócio linguística, consiste na relação do indivíduo com o seu entorno social, ou seja, é através do indivíduo com o mundo físico ou social e junto com um especialista que atribuímos significado as espécies de tipo natural (*natural-kind*). Putnam parte da tentativa de mostrar que quando falamos em espécies de tipo natural, como por exemplo: árvores, alumínio, água e ouro - podemos estar atribuindo significado a algo que na realidade não é o seu significado original. E para provar que o significado é formado através de uma relação de um leigo com um especialista, o filósofo nos permite pensar em duas árvores que crescem no leste dos Estados Unidos, a saber: olmo e faia. O que Putnam pretende aqui é mostrar que as árvores apresentam aparências fenomênicas idênticas. No entanto, são espécies distintas. Por sua vez, como podemos atribuir significados as árvores? Como podemos dizer que tal árvore é olmo e a outra é faia? Será que podemos atribuir significados simplesmente a sua forma fenomênica?

Para Putnam, isso é impossível. Os significados não podem ser atribuídos simplesmente pela sua forma fenomênica, se acaso ocorresse tal possibilidade, poderíamos confundir e atribuir significados errôneos as árvores, portanto, precisamos dos especialistas. De forma mais elaborada, Putnam está querendo dizer que quando um falante tem acesso ao olmo e a faia, ele se encontra em um determinado estado psicológico, mas a extensão é diferente. Ou seja, no idioleto de cada indivíduo o conceito de intensão é a mesma, mas a extensão é diversa. Logo, faia denota faia e olmo denota olmo. Portanto, estados psicológicos idênticos e extensões diferentes.

Neste mesmo exemplo podemos retomar a concepção tradicional semântica, de que conhecemos e atribuímos significados a termos de tipo natural através de uma relação fenomênica. Os semanticistas tradicionais atribuíram significados a objetos por um conjunto de propriedades. Assim em seu artigo “*Is semantics possible*” (1975), Putnam oferece um exemplo acerca termo ‘limão’. Segundo o filósofo, para a semântica tradicional, o limão é um conjunto de propriedades que é formado por P e que esse conjunto se dá  $(P_1, P_2...P_n)$ , então se o limão pode receber essa definição, quer dizer que o limão, basicamente, nada mais é que:  $(P_1, P_2...P_n)$  - teoria que Putnam questiona. Dá mesma forma atribuiríamos significado ao tigre, pelas suas propriedades, ou seja, um tigre tem quatro patas, tem listras pretas etc. Mas sabemos que existem, na nossa fauna, tigres albinos que não possuem listras pretas ou listras nenhuma. Portanto, estados psicológicos não são suficientes para determinar o significado de termo para tipo natural, como os tradicionais e os internistas acreditam.

Putnam também utiliza um exemplo acerca do ouro, já que o ouro é um objeto muito valioso e importante para pessoas. O ouro representa, para determinadas pessoas, *status* na sociedade, união entre duas pessoas (em forma de aliança), riqueza, felicidade etc. Sobretudo, o ouro é um símbolo muito importante em uma sociedade. Não é de prática utilizar uma bijuteria ou uma joia banhada a ouro em uma cerimônia de casamento, é claro. Mas Putnam permite aos seus leitores imaginar que em um casamento, um indivíduo trocasse a aliança por uma joia sintética, com aparências idênticas e que pudesse confundir os noivos. Dessa forma, partiríamos da seguinte interrogação: será que os noivos, leigos em joias, podem definir ou podem afirmar que aquela aliança é de ouro?

Tudo leva a acreditar que não. Putnam, parte dessa negação para afirmar que os significados não estão na cabeça. Os significados são atribuídos em comunidade, ou

seja, é somente um especialista que poderá afirmar que a aliança dos noivos é realmente de ouro.

De acordo com Putnam, a divisão sócio linguística funciona somente em determinados casos ou quando a ciência já está em sua fase estabelecida e bem projetada. Além disso, para tipos naturais têm um componente indexical escondido, é através desse componente que a sua referência é fixada. Putnam também afirma que a referência somente é fixada através de uma definição ostensiva. No entanto, é dessa forma que podemos atribuir e explicar o significado para termos de tipo natural.

Aqui segue, de forma mais didática, as seguintes teses de Putnam:

(TP3) Termos para tipos naturais têm um elemento indexical escondido, algo que observamos pelo modo como a sua referência é fixada – por definição ostensiva.

(TP4) Termo para tipo natural é apreendido por definição ostensiva.

A noção de indexicalidade, na teoria do significado de Putnam, toma uma grande proporção. Ele afirma que existem duas maneiras de apreendermos significados para termo de tipo natural, a saber, por definição ostensiva e descrição. No primeiro caso, ao dizer a alguém o significado de um termo de tipo natural, basta apontar, por exemplo, para um copo de água e afirmar que “*isto* (líquido) é água”, ou em outro caso, por exemplo, limão; basta apontar para o limão e dizer “*isto* (fruta) é limão”, na qual as palavras “fruta” e “líquido”, entre parênteses, são para indicar os *marcadores* que podem ser explícitos e implícitos. No segundo caso, Putnam apresenta que a apreensão do significado por descrição pode apresentar da seguinte maneira: condição necessária ou estereótipo. Ou seja, para que olmo cumpra condição necessária, basta afirmar que é uma árvore muito antiga. Ou no caso de tigre, basta afirmar, é um animal de quatro patas, listas pretas num fundo amarelo, ou vice versa. Em suma, Putnam define que o significado de termos de tipo natural, por descrição, é o mesmo que trocar os marcadores pelos estereótipos, isto é, os estereótipos cumprem a mesma função dos marcadores, haja vista, que o estereótipo de tigre é “animal”, de água é “líquido” e assim por diante.

A defesa que Putnam apresenta sobre os indexicais é a seguinte: água tem que cumprir a mesma relação de condição em qualquer mundo possível, isto é, água tem que

cumprir a relação “mesmo líquido que” em qualquer lugar. Assim sendo, existe um componente indexical não mencionado para o termo água, ou seja, água em qualquer mundo possível tem que cumprir a mesma relação, “mesmo líquido que”, para ser considerada água. Portanto, palavras de espécie de tipo natural são designadores rígidos.

Depois de feitas as análises do funcionalismo, estados mentais e a influência que o funcionalismo teve para a teoria do significado de Putnam, podemos observar que o filósofo toma uma posição diferente na evolução da sua filosofia da linguagem e da mente. Quando Putnam tratou do funcionalismo, sua argumentação era que os eventos externos em nada contribuíam para os estados mentais, ou seja, o contexto não tinha relevância para os estados mentais enquanto estados funcionais. No entanto, ao tratar do externismo semântico, Putnam toma uma posição inversa ao funcionalismo. Agora, o contexto físico social-linguístico é importante em relação aos estados mentais, ou seja, o filósofo atribui importância à semântica em sua filosofia da mente.

Em relação ao argumento da divisão sócio-linguística, e logicamente, o da Terra Gêmea, Putnam recebe muitas críticas, em especial, a de Searle, que na sua ótica, o argumento que Putnam utiliza é falacioso e, a sua tentativa de afirmar que a intensão não determina a extensão, a partir do falante não saber o significado do termo ou de apreendê-lo imperfeitamente, é absurda. Pois, nem mesmo a intensão está determinada, logo, a intensão não determina a extensão. Mas, o objetivo desse capítulo é apresentar de forma sistemática os argumentos de Putnam, a favor do externismo semântico, por conta desse comprometimento não vamos nos deter nas críticas de Searle, deixando assim, para o próximo capítulo, o qual me deterei com mais propriedade.

## CAPÍTULO 3

### 4. JOHN SEARLE E O INTERNISMO: SOBRE A TEORIA DO SIGNIFICADO

Este capítulo tem como principal objetivo analisar a proposta internista acerca do problema do significado, do filósofo estadunidense John R. Searle. Tal tentativa pretende apresentar uma solução ou até mesmo, nas palavras de Searle, uma dissolução para o problema da intencionalidade. Ou seja, o filósofo em seu livro *Intencionalidade* (2002b) afirma que “a filosofia da linguagem é uma ramo da filosofia da mente” (SEARLE, 2002b, p. VII). Tal afirmação sustenta que os atos de fala e os estados mentais – incluindo a consciência e a intencionalidade – são meras capacidades biológicas da mente humana, isto é, qualquer explicação acerca de atos de fala ou da linguagem devemos nos ater e explicar como o organismo da mente (ou como queiram, do cérebro) se relaciona com a realidade. Partindo desse pressuposto deter-me-ei em apresentar as críticas de Searle ao externismo semântico e a sua tese solipsista (como Putnam afirma) acerca do significado, ou seja, onde estão os significados? Será que estão dentro ou fora da cabeça?

#### *4.1 Considerações sobre o significado: interação linguagem e mente*

##### *4.1.1 Naturalizando a linguagem e a mente*

Durante o século XX filósofos como Krikpe, Putnam e Burge apresentam suas teorias acerca do problema do significado. Tais teorias se baseiam em experimentos mentais, ou seja, são esses experimentos que mudam o modo de pensar dentro da filosofia da linguagem e da mente.<sup>16</sup> Contudo, essas teorias abrem na

---

<sup>16</sup> De acordo com César S. dos Santos “Experimentos mentais são narrativas inventadas para a investigação de como as coisas são. (...) Ao longo da história, os experimentos mentais foram utilizados de maneira frutífera nas investigações científicas e filosóficas sobre a natureza, o conhecimento e a moralidade. (...) Entre os filósofos pré-socráticos, Zenão de Eleia nos deu os experimentos mentais de Aquiles e a tartaruga e da flecha imóvel. Um dos pontos mais populares da filosofia de Platão, a alegoria da caverna, é um experimento mental. A física da modernidade em diante deve muito aos experimentos mentais de Galileu, Newton, Maxwell, Einstein, Heisenberg e

contemporaneidade o debate filosófico mais problemático acerca do significado, a saber, a dicotomia entre externismo e internismo. Essas teorias são debatidas no campo da filosofia da linguagem (tomam como posição o conteúdo da frase) e da filosofia da mente (assumem uma posição acerca do conteúdo de crenças), ou seja, as teorias externistas e as internistas tratam tanto da natureza do significado como da natureza do mental. Essas posições ao explicarem o problema do significado, tanto da filosofia da linguagem e da mente, partem de uma explicação um tanto quanto opostas, isto é, a explicação que as teorias internistas atribuem é que o significado ou o conteúdo mental dependem integralmente do indivíduo; caso oposto acontece com a explicação externista, ou seja, o significado ou o conteúdo mental dependem pelo menos em parte do mundo, isto é, a relação do mundo com o indivíduo que se formam os significados. Segundo André Leclerc:

O externismo semântico, em filosofia da mente, é assim uma tese sobre a individuação dos atos, eventos e estados mentais. O externismo corresponde à tese de que pelo menos alguns de nossos estados mentais têm um conteúdo lato; a posse desses estados mentais pressupõe, portanto, a existência de algo fora do sujeito, tem um caráter “*de re*”: eles são “*existence-dependent*” e “*object-dependent*”. O internismo ou solipsismo metodológico é a tese de que todos os estados mentais têm conteúdo estreito, e poderiam ser possuídos por um cérebro-numa-cuba (LECLERC, 2010, p. 311).

Ainda Leclerc:

O alvo das críticas de Putnam era principalmente o “solipsismo metodológico” (ou “Internismo”), em particular a ideia de que o conhecimento do significado de uma palavra e o conteúdo de *todos* os nossos estados mentais são inteiramente determinados por acontecimentos em nossas cabeças (pela atividade eletroquímica de nossos cérebros). No solipsismo metodológico, *todos os estados mentais* teriam conteúdo *exíguo* (*narrow*); seriam estados que um cérebro numa cuba poderia ter, pois corresponderiam à instanciação de propriedades mentais intrínsecas que não envolvem nenhuma relação individuante com objetos, substâncias e fatores do ambiente

---

Schrödinger. Na teoria do conhecimento, Descartes apoia sua investigação epistemológica no experimento mental do Gênio Maligno, e Kant investiga o papel dos conceitos na cognição de objetos com o seu experimento mental do selvagem na Nova Holanda apresentando a uma casa européia pela primeira vez. Em filosofia moral, há o polêmico experimento mental de Parfit, com a proposta de tratar as pessoas como seres que se dividem como amebas. Por fim (dessa pequena enumeração, não dos experimentos mentais existentes ou célebres), em filosofia da mente, temos os muito discutidos experimentos mentais da sala chinesa, de Searle, e da Terra Gêmea, de Hilary Putnam.” (SANTOS, 2010. p. 282).

natural e social. Doppelgängers teriam necessariamente estados mentais com o mesmo conteúdo, não importa o ambiente (LECLERC, 2014, p. 9).

Um dos grandes nomes que defende o internismo e que faz diversas críticas ao externismo semântico de Putnam é o filósofo estadunidense John R. Searle. Para Searle, os atos de fala, a linguagem, a intencionalidade e os estados mentais são extensões das capacidades biológica da mente. Além disso, a abordagem que Searle faz é uma tentativa de desenvolver uma filosofia naturalizada para a intencionalidade, para a linguagem e as demais capacidades cognitivas do ser humano, como ele próprio afirma:

“Penso nos estados, processos e eventos Intencionais como parte da história de nossa vida biológica, do mesmo modo que a digestão, o crescimento e a secreção de bÍlis fazem parte da história de nossa vida biológica. De um ponto de vista evolucionário, da mesma forma como há uma ordem de prioridade no desenvolvimento de outros processos biológicos, há uma ordem de prioridade no desenvolvimento dos fenômenos Intencionais. Nesse desenvolvimento, a linguagem e o significado, ao menos no sentido que lhes é atribuído pelos seres humanos, surgiram bem tardiamente” (SEARLE, 2002, p. 222).

Segundo ele constata em sua obra *A redescoberta da mente* (1997): “os fenômenos mentais são causados por processos neurofisiológicos no cérebro, e são, eles próprios, características do cérebro” (SEARLE, 1997, p. 07). Para distinguir tal tese, ele atribui uma nomenclatura para essa teoria, a saber, *naturalismo biológico*.

O naturalismo biológico é uma teoria, na qual a mente é entendida como fenômeno natural e biológico. O filósofo entende a mente como natural, no âmbito dela ser basicamente como algo físico, ou seja, da mesma categoria das montanhas, camada de ozônio, moléculas e entre outros. No sentido biológico, Searle entende a mente como se fosse uma propriedade do cérebro, um produto do órgão, isto é, similar a outros órgãos do corpo humano e suas propriedade como, por exemplo, o estômago tem como propriedade a digestão. Portanto, assim considera Searle, a propriedade do cérebro é a mente.

O naturalismo biológico, proposto por Searle, tem como objetivo principal combater teorias materialistas, e dualistas. É nesse sentido que ele apresenta a solução que fornecerá e, que a filosofia da mente e a história da filosofia deram tanto espaço e que atribuíram como sendo um problema de extrema dificuldade é a questão do

problema mente e corpo. Para o filósofo, o famoso problema mente e corpo tem uma solução possível pelo naturalismo biológico. Assim afirma Searle:

O famoso problema mente-corpo, fonte de tanta controvérsia ao longo dos dois últimos milênios, tem uma solução simples. Esta solução encontra-se ao alcance de qualquer pessoa instruída desde o início de um estudo sério sobre o cérebro há cerca de um século, e, em certo sentido, todos sabemos que é verdadeira. Aqui está ela: os fenômenos mentais são causados por processos neurofisiológicos no cérebro, e são, eles próprios, características do cérebro. Para distinguir esta concepção das muitas outras neste campo, chamo-a de “naturalismo biológico” (SEARLE, 1997, p. 07).

Tendo isso em vista, portanto, Searle atribui que a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente. Se os problemas da mente não forem dissolvidos, logo os problemas da filosofia da linguagem também não serão dissolvidos.

Algumas vezes, erros na filosofia da mente produzem erros na filosofia da linguagem. A meu ver, uma tese inverossímil na filosofia da linguagem, que vem do mesmo grupo de exemplos que acabamos de considerar, é a concepção de que os significados estão envolvidos não há absolutamente quaisquer fatos significantes além de padrões de comportamento verbal (SEARLE, 1997, p. 16).

De certa forma, a teoria naturalista de Searle, de que atos de fala, intencionalidade, consciência e estados mentais são meramente produtos da vida biológica do nosso cérebro, ou seja, são causados por processos neurofisiológicos, causa em alguns filósofos materialistas e dualistas um certo desconforto, tendo em vista que em ambas as correntes não partilham de um naturalismo. Searle também critica a ciência cognitiva de repetir os mais absurdos erros dos behavioristas de estudar somente os fenômenos observáveis e não dar uma atenção à própria mente. É nesse sentido que Searle afirma que “quando esses cientistas abriram a grande caixa-preta, só encontraram lá dentro uma porção de pequenas caixas-pretas” (SEARLE, 1997, p. 03).

Após explicarmos brevemente o naturalismo que Searle atribui à sua filosofia, ou seja, a tentativa de naturalizar a linguagem, a intencionalidade e outras capacidades cognitivas humanas, precisamos entender como ele fundamenta a sua teoria do significado; como se une a filosofia da linguagem com a filosofia da mente. Para isso, Searle publica: *Speech Acts* (1969), *Expression and Meaning* (1979) e *Intentionality*

(1983) uma coleção que busca estabelecer um estudo correlato sobre a mente e a linguagem. Passamos então para a próxima seção.

#### ***4.1.2 Atos de Fala e Intencionalidade***

A teoria dos Atos de Fala é uma das principais correntes da filosofia da linguagem. Inicialmente inaugurada pelo filósofo John Austin e posteriormente desenvolvida por John Searle, a teoria do atos de fala ocupa na filosofia da linguagem, um lugar de muito privilégio e restringe-se à análise pragmática da linguagem. “A teoria dos atos de fala, sendo de viés claramente pragmático, transcende os limites da semântica filosófica, no sentido de que essa última se restringe mais propriamente ao tema da significação das expressões de uma língua” (DUTRA, 2014, p.20). No entanto, não significa que a teoria dos atos de fala não pode contribuir para a teoria do significado ou que ambas são distintas, e que, no máximo, podemos falar de um acidente quando ambas se confrontam. Não é neste sentido que acreditamos, mas que sim, a teoria dos atos de fala pode contribuir para a teoria do significado e propor, então, uma base fundamentada para as questões semânticas.

Não é nossa intenção descrever minuciosamente a teoria dos atos de fala de Austin e a de Searle, nosso foco é tentar compreender a possível relação dos atos de fala com a intencionalidade, no entanto, logicamente, precisamos compreender alguns pontos importantes e como isso possibilitou toda essa sustentação das teorias, que esta dissertação propõe a investigar. O primeiro ponto que não podemos desconsiderar é a forte influência que as Investigações Filosóficas, de Wittgenstein, tiveram para a teoria dos atos de fala, de Austin. Aqui queremos dizer da oposição entre o significado e a verdade, quando a linguagem passa a ser considerada por Wittgenstein, similar a um jogo, ou seja, o sentido passa a ter condição de uso, e não mais como mera expressão do pensamento. Austin, a partir dessa mudança de pensamento, apresenta a importância e a necessidade de considerar a linguagem como uma ação, uma forma física que produz efeitos significativos no outro, ou seja, para Austin é importante considerar a relação da linguagem com a exterioridade. Segundo Austin:

Podemos afirmar, então, que quando analisamos a linguagem, nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas

investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade”, enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, porque o que consideramos a “realidade” é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos (AUSTIN, 1990, p.10).

Em relação a esta problemática de, como enunciamos palavras, como atribuímos significado aos termos, qual a relação dos atos de fala com a intencionalidade, estados psicológicos, conteúdos representativos, entre outros. As teses de Austin se resumem em “três principais aspectos de uma ação realizada por meio da fala ou, mais propriamente falando, uma forma de classificar os tipos de fala” (DUTRA, 2014, p. 21). Assim, a divisão das teses de Austin, se dá da seguinte forma: 1) *Ato elocutório (locutionary)*: ato de dizer um enunciado, “distinguir o que ele diz do que ele faz ao dizer, além de dizer” (DUTRA, 2014, p.21). 2) *Ato ilocutório (illocutionary)*: ato que quando enunciado pelo falante tem a intenção, de um nível além do ato elocutório, ou seja, o falante tem a intenção de mandar, convidar, perguntar, etc. 3) *Ato perlocutório (perlocutionary)*: é o efeito do ato ilocutório, quando atinge o ouvinte.

Como o próprio nome de sua obra diz, para Austin fazemos coisas com palavras, fazemos isso por meio de dizer certas coisas com as palavras, como nomear as coisas, as pessoas, os objetos, etc. Como Dutra nos mostra:

(...) sua ideia central [Austin] é que fazemos coisas com palavras além de simplesmente dizer as palavras, mas as fazemos *por meio de dizer* certas palavras. Assim, por exemplo, ao dar nome a um objeto, lugar ou pessoa, o falante também profere certas palavras. Um dos exemplos do próprio Austin é de alguém quebrando uma garrafa de champanhe no casco de um navio e dizendo algo como: “Eu batizo este navio de *Queen Elizabeth*”. Nesse caso, o efeito sobre a audiência e o contexto todo da fala de dizer isso é o batismo do navio. O falante faz isso *ao proferir as palavras* acima citadas (ato elocutório); mas, além disso, o efeito sobre a audiência e o contexto de sua fala é que o navio passou a ter um nome próprio, e isso foi feito pelo falante quando disse aquelas palavras (ato perlocutório) (DUTRA, 2014, p. 22).

Para Searle, o ato ilocutório é dividido em 5 subclasses, assim “ele distingue entre atos (1) assertivos, (2) diretivos, (3) comissivos, (4) expressivos e (5) declarações. Os atos assertivos são o que podem ser avaliados em termos de verdade e falsidade. Os

atos diretivos são os que damos ordem, pedidos, etc. Os atos comissivos são quando um sujeito se compromete em fazer algo, uma promessa, por exemplo. Os atos expressivos é quando se expressa um estado psicológico, como agradecimento. E as declarações são quando criamos uma nova realidade, como o batizado, por exemplo (Cf. DUTRA, 2014, 23).

Na obra “Atos de Fala”, Searle tenta fundar uma linguagem ou atos de fala em uma ação, ou seja, quando enunciamos algo, esse enunciado está relacionado com o modo de agir do falante. Para Searle, os atos de fala devem ser compreendido da seguinte maneira:

Toda a comunicação linguística envolve atos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, como se tem geralmente suposto, o símbolo, a palavra, ou a frase, ou mesmo a ocorrência do símbolo, palavra ou sentença na execução do ato de fala. Considerar a ocorrência como uma mensagem é considerá-la como uma ocorrência produzida ou emitida. Mais precisamente, a produção ou a emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições é um ato de fala, e os atos de fala são a unidade básica ou mínima da comunicação linguística. Um modo de compreender este ponto de vista é perguntar qual a diferença entre considerar um objeto como um exemplo de comunicação linguística e não considerá-lo sob este ângulo. Uma diferença crucial é a seguinte: quando consideramos que um ruído ou uma inscrição numa folha de papel constituem, enquanto mensagem, um exemplo de comunicação linguística, uma das coisas que devemos supor é que o ruído ou a marca foram produzidos por um ser, ou seres mais ou menos semelhantes a nós, e foram produzidos com certas intenções. Se nós considerarmos o ruído ou a marca como um fenômeno natural, tal qual o vento nas árvores ou uma mancha no papel, excluí-los-emos da classe de comunicação linguística, mesmo que o ruído ou a marca não possam ser distinguidos de palavras faladas ou escritas. Além disso, não só devemos supor o ruído ou a marca como produzidos por um comportamento intencional, mas também que estas intenções são de uma natureza muito especial, particular aos atos de fala. Seria, por exemplo, possível comunicar dispondo os móveis de uma peça, de um certo modo. A atitude que poderíamos ter diante de tal disposição de móveis seria, supondo que a “compreendêssemos”, bem diferente da atitude que temos digamos diante da disposição dos móveis dessa sala, embora em ambos os casos nós devêssemos considerar o arranjo como resultante de um comportamento intencional. Apenas certos tipos de intenções são adequadas para o comportamento a que estamos chamando de atos de fala (SEARLE, 1994, p. 26).

Searle, ao propor a teoria dos atos de fala, tenta separar atos de fala de estados mentais, ou seja, atos de fala são atos e estados mentais são estados. Os atos de fala são caracterizados por emitir sons ou ruídos de nossa boca e fazer traços em um papel, isto

é, ele se relaciona com a realidade física. Ora, o problema que o filósofo se depara é como fazemos para passar da física para a semântica? Como a mente impõe a intencionalidade à entidades não intrinsecamente intencionais, como por exemplo, os sons, ruídos e traços no mundo como quaisquer outros? Segundo Searle:

A mente impõe uma Intencionalidade a entidades não intrinsecamente Intencionais, atribuindo intencionalidade as condições de satisfação do estado psicológico expresso à entidade física externa. É possível descrever o duplo nível de Intencionalidade no ato de fala descrito dizendo-se que, ao enunciar intencionalmente alguma coisa com um certo conjunto de condições de satisfação, aquelas especificadas pela condição essencial para esse ato de fala, tornei essa emissão Intencional e, assim, necessariamente, expressei o estado psicológico correspondente. Não podemos fazer uma declaração sem expressar uma intenção, pois a condição essencial do ato de fala tem como condições de satisfação as mesmas condições de satisfação que o estado Intencional expresso. Assim, imponho uma intencionalidade a minhas emissões, atribuindo-lhes intencionalmente determinadas condições de satisfação que são as condições de satisfação de certos estados psicológicos. Isso explica também a relação interna entre a condição essencial e a condição de sinceridade do ato de fala. A chave do significado é simplesmente que este pode ser parte das condições de satisfação (no sentido de requerimento) da minha intenção de que suas condições de satisfação (no sentido das coisas requeridas) também tenham condições de satisfação. Daí o duplo nível (SEARLE, 2002b, p. 38).

Assim, Searle atribui que o significado somente se aplica a sentenças e atos de fala, mas não a estados intencionais (SEARLE, 2002b, p. 38). Ou seja, quando expressamos um estado intencional (crenças, desejos...) não faz sentido justificar tais estados, porém faz sentido justificarmos uma expressão ou uma sentença, isto é, atribuímos significado a atos de fala, mas não atribuímos significados a estados intencionais. De forma mais clara, faz sentido perguntarmos pelo significado do enunciado João (aqui queremos saber o que ele quis dizer), já para o enunciado está chovendo não faz sentido justificarmos a sentença. É o mesmo que dizer “João acredita que *p*”, aqui a sentença expressa algo que não precisa de complementação, portanto, é auto-evidente. Já para um enunciado do tipo “João quer dizer que *p*” necessitamos de um complemento, ou seja, é um enunciado que pede um complemento do tipo “ao dizer tal e tal”. Searle afirma que “querer dizer que *p* não é um estado Intencional que pode ser auto-evidente do mesmo modo que acreditar que *p*” (SEARLE, 2002b, p.39) Enunciar é um ato ilocucionário (um ato de emissão), ao contrário de uma crença ou

desejo que não é um ato, ou seja, é o ato ilocucionário que impõe intencionalidade à emissão. Como justifica Searle:

Achamos útil caracterizar as crenças como coisas que têm a direção de ajuste *mente-para-mundo* (supõe-se que a crença na mente se ajuste ao estado de coisas no mundo) e os desejos e intenções como coisas que têm, a direção de ajuste *mundo-para-mente* (se tudo dá certo com os desejos e as intenções, o mundo vem a se ajustar ao que é representado na mente). Não é de surpreender que essas distinções se apliquem exatamente aos atos de fala. Afirmações, asserções etc. – a classe assertiva de atos de fala – são expressões de crenças e se supõe que, assim como as crenças, elas representem como o mundo é e, assim, elas têm a direção de ajuste *palavra-para-mundo*. Pedidos, ordens, comandos etc. – a classe diretiva dos atos de fala – são expressões de desejos e, assim, têm a direção de ajuste *mundo-para-palavra*. Promessas, oferecimentos etc. – a classe comissiva dos atos de fala – são expressões de intenções e, assim, têm a direção de ajuste *mundo-para-palavra*. Essas diferentes direções de ajuste são função não do próprio conteúdo proposicional em si, mas de como o conteúdo proposicional é apresentado no ato de fala. Por isso, na notação padrão de um ato de fala, o ato de fala total é representado como uma distinção entre a força ilocutória, ou tipo, de ato de fala e o conteúdo proposicional. (...) Nossa tarefa é facilitada pelo fato de que o aparato formal do conteúdo e do tipo, juntamente com as condições de satisfação e a direção de ajuste, já está presente na intencionalidade pré-linguística (SEARLE, 2012, p. 25-26).

Searle considera a linguagem como uma derivação da intencionalidade e a linguagem deve ser compreendida como regras de um comportamento intencional. Portanto, na relação entre a significação e a intencionalidade, esta última cumpre um papel importante na construção de atos de fala. Feito esta análise introdutória, com o objetivo de investigar a relação de atos de fala e da intencionalidade, e entender como a teoria dos atos de fala fundamenta a intencionalidade, passamos agora a investigar como Searle aplica suas teses, na tentativa de mostrar que os argumentos externistas, de Putnam, a saber, as críticas sobre os argumentos da terra gêmea e da divisão sócio-linguística, não se sustentam. Passamos, então, a próxima seção.

#### 4.2 Os significados estão na cabeça?

A investigação que até o presente momento realizamos foi tentar entender como é instanciado o significado. No primeiro capítulo, discutimos a concepção fregeana de *Sinn* e *Bedeutung* do *Eigennamen* e a crítica russeliana ao paradoxo fregeano e a teoria da *Denoting*. No segundo capítulo, abordamos a crítica de Putnam acerca da doutrina tradicional semanticista e a teoria externista; tese que compreende que os significados são instanciados na cabeça através de uma relação causal, ou seja, os significados dependem pelo menos em parte do mundo externo. O objetivo do trabalho é apresentar as principais teorias desenvolvidas acerca do significado, por isso se fez necessário apresentarmos a teoria de Frege e Russell. Sabemos que tal preocupação se deu com os filósofos Frege, Russell, Wittgenstein, Donnellan, Strawson e entre outros. Assim, podemos resumir que a preocupação com o significado parte da seguinte indagação: como a linguagem se relaciona com o mundo externo? Diversos filósofos, na história da filosofia, desenvolveram teorias para esclarecer e minimizar este problema, que até os dias de hoje causa discussão entre os filósofos analíticos. Searle apresenta em *Speech acts* que a linguagem se relaciona com a realidade por conta dos falantes estabelecerem tal relação. Como já observamos no decorrer desse capítulo, Searle apresenta uma filosofia naturalista e afirma que a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente. Para o filósofo, pergunta fundamental da filosofia da linguagem (como a linguagem se relaciona com o mundo externo?) deve partir de outra indagação, a saber, como a mente se relaciona com a realidade? (SEARLE, 2002b, p. 275).

O objetivo de Searle, em desenvolver uma abordagem à intencionalidade, consiste em estender a concepção fregeana de *Sinn* para a intencionalidade em geral (SEARLE, 2002b, p.276), ou seja, ele elabora sua teoria em uma interpretação da filosofia da referência de Frege.<sup>17</sup> Porém, ele nega o terceiro domínio de entidades abstratas que Frege elaborou para combater o psicologismo. Segundo Searle:

---

<sup>17</sup> Levando em consideração a proposta de Searle sobre a teoria da intencionalidade, com base na teoria da referência de Frege, e também a crítica de Putnam à teoria semântica tradicional, se fez necessário, portanto, dedicar o primeiro capítulo a compreensão da teoria semântica tradicional, de Frege e Russell, para que pudéssemos situar melhor a problemática do trabalho.

Tanto a interpretação fregiana do significado quanto a presente são internalistas no sentido de que é em virtude de um estado mental qualquer na cabeça de um falante e de um ouvinte – o estado mental de apreender-se uma entidade abstrata ou simplesmente ter-se um certo conteúdo intencional – que falante e ouvinte podem entender as referências linguísticas (SEARLE, 2002b, p. 276).

Searle afirma que todas as teses externistas são falsas e que não precisamos introduzir uma relação causal-externa para explicarmos a relação das palavras com o mundo. Ele apresenta uma opção alternativa para a teoria do significado: a teoria internista. Teoria que tenta superar e mostrar que o externismo se sustenta em teses falsas e que, portanto, a tese de Putnam: os significados não estão na cabeça, não se sustenta. Tendo isso em vista, apresentaremos as críticas de Searle ao argumento da *Divisão Sócio-Linguística* e o argumento da *Terra Gêmea*, Putnam.

#### ***4.2.1 A crítica de Searle ao argumento da Divisão Sócio-Linguística, de Putnam***

Antes de desenvolver a crítica de Searle ao argumento da divisão sócio-linguística, vale como mero lembrete retomarmos o que o Putnam traz à luz para o esclarecimento do significado. No segundo capítulo afirmamos que a hipótese da divisão sócio-linguística é um argumento acerca da relação do indivíduo com o seu entorno social, ou seja, é através do indivíduo com o mundo físico ou social e junto com um especialista que atribuímos significados as espécies de tipo natural (*natural-kind*). Antes de 1750 que fora descoberta a composição química da água atribuímos o significado a água pela sua propriedade fenomenológica (incolor, inodoro, bebível, etc), assim, a água na Terra e na Terra Gêmea tinham o mesmo significado. Porém, com a solidificação da ciência, descobriram que a água na Terra é composta pelas moléculas H<sub>2</sub>O e na Terra Gêmea era composta pelas moléculas XYZ. Portanto, é errôneo afirmar que água na Terra e na Terra Gêmea têm o mesmo significado.

Para esse argumento em especial, Putnam utiliza outro exemplo de espécie de tipo natural, a saber, duas árvores idênticas que crescem no leste dos Estados Unidos: ‘olmo’ e ‘faia’. Segundo Putnam, em nossa comunidade existem pessoas que têm mais conhecimento acerca de faias e de olmos e que podem diferenciar uma da outra.

Contudo, existem pessoas leigas em botânica, ou seja, que não sabem diferenciar olmo de faia. Via de regra, Putnam afirma que no idioleto dessas pessoas quando pronunciam olmo e faia, a intensão é a mesma, mas a extensão é diversa. Portanto, estado psicológico idêntico e extensões diferentes.

Searle acredita que o argumento de Putnam é falacioso e que não se sustenta. Na ótica de Searle, provar que um indivíduo não apreendeu corretamente a intensão, não prova que a intensão não determina a extensão e a “extensão no meu idioleto” (SEARLE, 2002b, p. 281) não se aplica aos casos em que se não se conhecem os significados das palavras. Os falantes sabem diferenciar a extensão dos termos através de conhecimento conceitual, ou seja, mesmo que uma pessoa não conheça o significado de um termo natural, ela indiretamente tem o conhecimento a partir de meros conceitos e descrições prévias. Para Searle, os termos para tipo naturais também têm um conteúdo indexical. Portanto, é esse conteúdo indexical, que está na cabeça dos indivíduos quando determina a extensão. De tal maneira, o filósofo apresenta como Putnam se baseia na seguinte incoerência:

1- Meu (de Putnam) conceito de “olmo” = meu conceito de “faia”  
mas,

2- A extensão de “olmo” em meu idioleto  $\neq$  da extensão de “faia” em meu idioleto.

Como sei que 2 é verdadeiro? Obviamente, porque

3- Sei que olmos não são faias e que faias não são olmos.

E como sei isso? Sei porque sei que olmos e faias são duas espécies *diferentes* de árvore. Por imperfeita que seja a minha apreensão dos conceitos pertinentes, tenho pelo menos um conhecimento conceitual suficiente para saber que as duas são espécies diversas. Mas, exatamente por essa razão,

4- O número 3 enuncia um conhecimento conceitual.

Se esse conhecimento não é conhecimento conceitual, nada é. Portanto,

5- Contrariamente a 1, meu conceito de “olmo”  $\neq$  de meu conceito de “faia” (SEARLE, 2002b, p. 282).

Segundo Searle, a premissa 3 enuncia um conhecimento conceitual<sup>18</sup>. Mas para validar a sua premissa, deve-se aceitar que o conhecimento a respeito é *a priori*, sendo assim saberíamos que olmos não são faias e faias não são olmos. Mas como aceitar essa proposta? Para os externistas, o conhecimento se dá *a posteriori*, ou seja, é através do empírico que descobrimos que olmos não são faias e faias não são olmos; assim sendo, um conhecimento não conceitual. Para afirmar que faia é faia e olmo é olmo só através da experiência. Portanto, a premissa 4 é falsa, ou seja, o conhecimento não é conceitual. Célia Teixeira observou com propriedade o problema que Searle tentou resolver, o qual teria caído em contradição:

Se soubéssemos tal coisa *a priori*, é porque teríamos meios puramente *a priori* de distinguir olmos de faias, mas nós não temos tais meios. Descobrimos empiricamente que olmos é uma espécie distinta das faias, o que faz desta descoberta conhecimento *a posteriori*, o contrário de *a priori* — conhecimento não conceitual. De modo a que isto se torne ainda mais evidente, tome-se a seguinte frase que teria de ser, de acordo com o argumento de Searle, uma instância de uma verdade conceptual: “Eu sei que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.” Uma vez que estamos a afirmar uma identidade, uma vez que a EM é a ET seria mais plausível aceitar isto como uma instância de conhecimento conceitual, afinal nós sabemos *a priori* que tudo é igual a si próprio. No entanto, nem sequer isto é conhecimento conceitual. Os medievais não sabiam tal coisa, e foi preciso uma série de

---

<sup>18</sup> De acordo com Putnam, (1996, p. XVIII), “a opinião de John Searle é que o significado está, literalmente, na cabeça. Ele responde aos argumentos, em “The Meaning of ‘meaning’” afirmando que os falantes do inglês não são capazes de distinguir olmos de faias: “não sabem o significado ou o conhecem incorretamente”. Ao mesmo tempo, ele sustenta que, mesmo esses falantes do inglês, têm um *conceito* distinto de “faias”; por isso, ele argumenta: tais falantes têm “conhecimento conceitual suficiente para saber que as duas árvores são espécies distintas”. Aqui, posso responder que, na verdade eles “não sabem o significado”, então segue-se ao mesmo tempo que este “conhecimento conceitual”, seja o que for, não é o *significado*. Então, vamos supor que a afirmação de Searle, de que eles “conhecem incorretamente” ou que “não sabem nada”, foi um lapso. O “único conhecimento conceitual” sobre olmos e não sobre faias, que esses falantes normalmente possuem, é que olmos são árvores, e que os especialistas, em quem eles se baseiam, se referem pelo nome de “olmo”. A existência de tal conhecimento conceitual mostra que o significado está na cabeça, como Searle acredita? (Searle considera os estados mentais como “características do cérebro”). Bem, se for, então a “árvore, que os especialistas em que me baseio chama de “olmo”, deveria ser parte do que um falante quer dizer por “olmo”, de outra forma, deve ser parte do significado conhecido do falante (no “conteúdo intencional”, para empregar o conceito de Searle) distinguir olmos de faias. (Quero dizer, é claro, que isso é uma consequência da opinião de Searle. Na minha opinião, saber o significado de “olmo” não é, na maioria das vezes, uma questão de conhecer o olmo, mas de participação com êxito da divisão do trabalho linguístico. E, na minha opinião, o *som e a grafia da palavra*, embora conhecida pelos falantes, não são parte de seu significado.

observações astronômicas para descobrir que a EM é a ET. Logo, a premissa 4 é falsa e o argumento não é sólido (TEIXEIRA, 2003).<sup>19</sup>

Portanto, se aceitarmos as teses de Putnam, deveremos considerar que o argumento de Searle não é válido e que não se sustenta. Logo, ele não refuta a tese de Putnam e, portanto, os significados não estão na cabeça.

#### **4.2.2 A crítica de Searle ao argumento da Terra Gêmea**

Até o presente momento, nossa tentativa foi de clarificar o objetivo de Searle, em relação à defesa das teses descritivistas. Dessa maneira, continuaremos a nossa investigação acerca da crítica de Searle ao externismo semântico. Aqui vamos apresentar como Searle interpreta o argumento da Terra Gêmea, de Putnam, e suas críticas a tal argumento.

Segundo Putnam, os termos para tipos naturais como água, ouro, alumínio, entre outros, têm um componente indexical escondido, ou seja, é pelo modo como a sua referência é fixada, isto é, a referência é fixada através de uma definição ostensiva. Searle discorda de Putnam e afirma que o que ele fez foi “substituir um conteúdo Intencional por outro” (SEARLE, 2002b, p. 285). Ou seja, substituiu o tradicional conteúdo intencional por um conteúdo intencional indexical. Segundo Searle:

Na verdade, a sugestão de Putnam é uma abordagem bastante tradicional dos termos de espécie natural: uma palavra é definida ostensivamente como aquilo que guarde a relação certa com a denotação da ostensão original. Água foi simplesmente definida como aquilo que é idêntico em estrutura a essa substância, qualquer que seja essa estrutura. E trata-se de apenas um caso entre outros em que as intensões, que estão na cabeça, determinam as extensões (SEARLE, 2002b, p. 285).

---

<sup>19</sup> Teixeira, 2003. Artigo intitulado “*Estão os significados na cabeça*” publicado na revista eletrônica Crítica na rede. Disponível em: [http://criticanarede.com/fil\\_putnamsearle.html](http://criticanarede.com/fil_putnamsearle.html)

Ora, isso levou Searle a considerar três teses que Putnam se depara:

- (1) O conglomerado associado de conceitos não determina a extensão,
- (2) A definição indexical determina a extensão,
- (3) O que está na cabeça não determina a extensão (SEARLE, 2002b, p. 286).

Searle afirma que para Putnam possa justificar (3) ele precisa que (3) siga de (1) e (2), mas para isso acontecer Putnam precisa assumir que a definição indexical não está na cabeça. Contudo, segundo Searle, qual a razão de Putnam pensar que os indexicais não estão na cabeça? E por que o que está na cabeça não determina a extensão?

Segundo Searle, Putnam parte do pressuposto que “uma vez que desconhecemos a microestrutura e uma vez que é esta que determina a extensão, o que está na cabeça é insuficiente para determiná-la” (SEARLE, 2002b, p. 287). Ora, Searle não concorda com Putnam e, para combater esse problema ele apresenta uma analogia, a saber, a expressão “O assassino de Brown” (SEARLE, 2002b, p. 287). Ele afirma que a expressão “O assassino de Brown” tem uma intensão que determina a sua extensão, o assassino de Brown; e é essa intensão que fixa a extensão. Ou seja, mesmo não sabendo quem assassinou Brown a extensão continua sendo o assassino de Brown. Nesse sentido é que a intensão estabelece certas condições para que possamos determinar a extensão. Searle afirma que “é simplesmente um erro supor que, como definimos “água” em termos de uma microestrutura desconhecida, a intensão não determina a extensão” (SEARLE, 2002b, p. 287). Célia Teixeira faz uma observação à proposta de Searle:

De fato, é verdade que a tese definidora do descritivismo é a de que as intensões determinam as extensões com base na satisfação dos predicados contidos nas descrições. Contudo, no caso das descrições definidas como “O assassino de Brown”, independentemente do contexto do uso, ela vai buscar sempre a mesma pessoa (se existir), que satisfaz a descrição. No caso de uma descrição como “O mesmo líquido que este”, isso já na acontece. Se ela fosse uma abreviatura do termo água – como o descritivismo defende que as descrições o são –, então a sua extensão mudaria de contexto de uso para contexto de uso; caso em que o falante poderia apontar para um copo de água, de laranja, de ácido sulfúrico ou quer que seja. Tanto a laranja como o ácido sulfúrico serviriam para satisfazer a descrição. Mas o termo “água” não refere nem laranja nem ácido sulfúrico. Logo, estes tipos de descrições não servem para determinar a referência e por isso não é o caso de Putnam tenha simplesmente substituído um conteúdo intencional por outro (TEIXEIRA, 2003).

Uma segunda abordagem que Searle faz em relação à teoria de Putnam é que se dois falantes se encontram no mesmo estado psicológico, eles tem que ser acerca da mesma coisa, ou seja, ter a mesma condição de satisfação.

Para Putnam uma descrição indexical “o mesmo líquido que este” denota objetos diferentes, isto é, água na Terra é H<sub>2</sub>O e água na Terra gêmea denota XYZ. Contudo, Searle apresenta que tal proposta não se sustenta, no âmbito de que as experiências visuais podem ser de tipo-idênticos, mas os conteúdos que o terráqueo e seu gêmeo têm são auto referenciais <sup>20</sup>.

Para Searle, Putnam faz certas pressuposições acerca do “modo como os conteúdos Intencionais se relacionam com as expressões indexicais” (SEARLE, 2002b, p. 288), e ele utiliza de uma passagem da obra “The Meaning of 'meaning'”, a qual Putnam afirma que a mesma palavra, “eu”, tem duas extensões diferentes em dois idioletos diferentes, mas isso não decorre do conceito que tenho de mim é algum modo diverso do meu gêmeo tem de si mesmo.<sup>21</sup> Contudo, para Searle, Putnam afirma que para a visão tradicional, o que está na cabeça não pode ser aplicado aos indexicais e, o mesmo se dá para os estados mentais de tipo-idênticos, ou seja, se eu e meu gêmeo estamos em estados mentais tipo-idênticos, nossos estados devem ter as mesmas

---

<sup>20</sup> Para uma melhor explicação da teoria da auto referencialidade que Searle trata, devemos recorrer ao segundo capítulo (A Intencionalidade da Percepção), da obra *Intencionalidade* de Searle. Ou seja, para o filósofo, a experiência visual que o indivíduo tem acerca de um objeto, possui intencionalidade, e é por conta disso que a experiência visual tem suas condições de satisfação, isto é, da mesma forma que o desejo e a crença possuem. Para provar essa teoria, Searle apresenta um exemplo acerca de uma caminhonete amarela. Tal exemplo se constitui da seguinte proposta: “Vejo uma caminhonete amarela na minha frente, normalmente não quero significar que vejo uma caminhonete amarela que por acaso também está na minha frente, mas sim que vejo que há uma caminhonete amarela na minha frente.” (SEARLE, 2002b, p.59). O que Searle está querendo afirmar, a partir desse exemplo, é que tenho uma experiência visual de que a caminhonete amarela está na minha frente, e que essa condição satisfaz de fato a experiência visual que tenho da caminhonete amarela na minha frente. Ou seja, o filósofo afirma que antes mesmo de eu ter essa experiência visual, o conteúdo intencional deve já estar justificado. Portanto, o que Searle está tratando é que a experiência visual são auto-referenciais, e que quando o terráqueo e o seu gêmeo têm suas experiências visuais, tipo idênticos, podem cumprir diferentes conteúdos, porque cada experiência é auto-referencial.

<sup>21</sup> Segundo Putnam (2013, p. 295), para essas palavras ninguém jamais sugeriu a teoria tradicional de que “a intensão determina a extensão”. Tomando o nosso exemplo de Terra Gêmea: se tenho um *Doppelgänger* em Terra Gêmea, então quando penso “eu estou com dor de cabeça”, ele pensa “eu estou com dor de cabeça”. Mas a extensão do *token* particular de ‘eu’ no seu pensamento verbalizado é ele próprio (ou sua classe unitária, para ser preciso), enquanto a extensão do *token* de “eu” no meu pensamento verbalizado sou *eu* (ou minha classe unitária, para ser preciso). Assim, a mesma palavra, “eu”, tem extensões diferentes em dois idioletos diferentes, mas disso não se segue que o conceito que tenho de mim mesmo seja de alguma maneira diferente que o conceito que meu *Doppelgänger* tem de si mesmo.

condições de satisfação. No entanto, Searle argumenta contra esta posição de Putnam atribuindo como pressupostos falsos.

Ora, Putnam está tratando aqui que os estados psicológicos do terráqueo e do seu gêmeo podem ter diferentes condições de satisfação e diferentes conteúdos intencionais, ou seja, seus conteúdos podem ser diferentes, já que ambos estão em uma relação causal externa diferente do outro, isto é, o terráqueo tem uma relação causal externa acerca de H<sub>2</sub>O e o seu gêmeo uma relação acerca de XYZ. Via de regra, Searle não concorda com a tese de Putnam e apresenta a seguinte justificação:

As definições indexicais de “água” dadas por Jones na Terra podem ser analisadas da seguinte maneira: a “água” é definida indexicalmente como o quer que seja idêntico em estrutura à substância causadora dessa experiência visual, seja qual for a sua estrutura. E, para Jones gêmeo na Terra gêmea, a análise é: a água é definida indexicalmente como o quer que seja idêntico em estrutura a substância causadora dessa experiência visual, seja qual for a estrutura. Assim, em cada caso, temos experiências de idêntico tipo mas, na verdade, em cada caso uma coisa diferente é significada. Ou seja, em cada caso as condições de satisfação estabelecidas pelo conteúdo mental (na cabeça) é diferente por causa da auto-referencialidade causal das experiências perceptivas (SEARLE, 2002, p. 290).

Segundo Searle, as pessoas não saem atribuindo significado a todas as espécies de tipo natural, elas simplesmente acabam usando as palavras para significar e referir a alguma coisa. O mesmo se aplica aos especialistas. Contudo, mesmo se os falantes fazem uso de definições indexicais, eles podem estar significando coisas diferentes, pois seus conteúdos intencionais são auto-referentes às experiências intencionais de ocorrência. Portanto, segundo Searle, mesmo que aceitemos as sugestões e teses da filosofia externista de Putnam, se deve levar em consideração, que ela não prova que os significados estão fora da cabeça, e a contribuição de Putnam foi simplesmente apresentar uma teoria intencionalista alternativa, a qual se baseia em uma apresentação sobre os indexicais.

Em suma, a teoria internista de Searle, defende que o mundo não é necessário quando atribui significados aos termos, isto é, a mente/cérebro em si, o mentalismo

biológico, os fenômenos mentais são a maneira condizente para expressar a relação da linguagem com o mundo. No entanto, o argumento que o filósofo apresenta de que os significados são propriedades biológicas do cérebro, deixa a questão linguagem *versus* mundo a explicar, uma vez que, Searle considera irrelevante o mundo para a formação dos significados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que esta dissertação percorreu foi tentar apresentar a teoria do significado no âmbito do internismo e do externismo semântico. A tentativa se deu a partir das teses dos filósofos Hilary Putnam e John Searle. Não obstante, se fez necessário uma apresentação do problema do sentido e referência da filosofia de Frege e as críticas realizadas à tal problemática por Russell. Por sua vez, apresentamos as teses externistas, do filósofo estadunidense Hilary Putnam e, posteriormente, as críticas individualistas, de John Searle, ao externismo semântico. Contudo, recapitularei a problemática proposta neste trabalho; no contexto atual da filosofia contemporânea, mais especificamente em filosofia da linguagem e da mente, os filósofos retomam novamente o problema do significado, ou seja, como atribuímos significados a objetos? Os significados são instanciados através de uma relação causal externa? Ou são simplesmente características da nossa mente/cérebro? Tendo tais interrogações em vista, o objetivo do trabalho foi de investigar tais problemas e apresentar qual das vertentes (externismo e internismo) desenvolve uma teoria mais apropriada na tentativa de uma clarificação.

Ademais, observamos uma intensa discussão entre os dois modelos de filosofia da linguagem e da mente. Visto que o externismo rejeita a filosofia fregeana de *Sinn* e *Bedeutung*, afirmando que o *Sinn* fregeano não se sustenta diante de uma teoria dos indexicais. Ou seja, ela não consegue demonstrar nada de consistente ao dar uma solução aos indexicais<sup>22</sup>. Por sua vez, Searle apresenta uma solução aos indexicais através de um ponto de vista do *Sinn* fregeano, porém, ele rejeita o terceiro domínio de entidades abstratas, no qual afirma que quando se trata do *Sinn* fregeano, não pretende significar que tais sentidos sejam entidades abstratas, mas sim que bastam para fornecer modos de apresentação adequados. Dessa forma, Searle propõe que o termo “eu” tem o mesmo significado lexical quando emitido por qualquer outro falante. Ou seja, quando emitimos o indexical “eu”, o mesmo pode ser emitido por mim ou por algum outro falante, que pode ser outra pessoa. Nesse sentido, Searle afirma que em cada caso, a

---

<sup>22</sup> Segundo SEARLE, 2002, p. 309 “o problema para uma explicação fregiana (internista ou Intencionalista) da referência, é mostrar, em cada caso, de que modo a referência tem êxito em virtude do fato de a emissão fixar condições de satisfação, e a referência a um objeto se dá em virtude do fato de este satisfazer tais condições. A referência a um objeto se dá por este satisfazer um conteúdo Intencional, normalmente expresso por um falante na emissão de uma expressão. Essa é a ideia básica da noção do “*Sinn*” do “*Eigennamen*” de Frege.

referência é diferente, isto é, o sentido expresso por cada falante é *auto-referente*. Temos assim, que em cada caso a emissão do termo “eu” refere-se à pessoa que o emite.

De acordo com Putnam, visto que, se o terráqueo pensa: “eu tenho uma dor de cabeça”, o *Doppelgänger* também pensa: “eu tenho uma dor de cabeça”, isto quer dizer que em particular, o terráqueo tem o próprio pensamento do meu próprio “eu” e o *Doppelgänger* tem o seu próprio pensamento verbalizado do seu próprio “eu”. Ou seja, temos duas formas de extensão diversas e em dois idioletos diferentes.

O que Putnam está querendo afirmar é que se compartilharmos com a teoria semântica tradicional de que:

(I) as palavras têm “intensões”, que são algo como conceitos associados com as palavras pelos falantes, e

(II) intensão determina extensão, é o mesmo que dizer, quando se fala água (H<sub>2</sub>O) na Terra e o gêmeo fala água (XYZ) na Terra Gêmea, estão atribuindo o mesmo significado a coisas distintas. Essa diferença de extensão é, *ipso facto*, uma diferença de significado para a espécie de tipo natural, atribuindo assim, a doutrina semântica tradicional que os significados são conceitos, ou, de fato, entidades mentais de qualquer tipo.

Por fim, podemos constatar que a problemática que o externismo de Putnam e o internismo de Searle tentam construir suas teses no âmbito de uma teoria indexical. Realizando suas defesas a favor do designador rígido e a outra a favor da auto-referencialidade. Ambas teorias apresentam bons argumentos a favor de suas teses. No entanto, a teoria externista constroi com mais propriedade suas teses para a teoria do significado. Podemos levantar aqui uma terceira vertente para a solução do significado, a saber, o contextualismo. O contextualismo é de certa forma uma teoria que é consistente ao externismo (cf. LECLERC, 2010, p. 317). Porém, ela vai muito além do que o externalismo e o internalismo alcançam. Ou seja, sua preocupação não só encontra no âmbito de conjuntos de indexicais e demonstrativos. O que o contextualismo sustenta é que significados são atribuídos somente no contexto da sentença. Tais argumentações encontramos em diversos texto do próprio Putnam e dos filósofos como Locke e Wittgenstein. Portanto, me parece que o contextualismo é uma vertente que não podemos descartar ao analisarmos o problema do significado, não obstante, não foi objeto prioritário na pesquisa que aqui apresentamos os resultados.

Pretendemos, entretanto, em uma pesquisa futura aprofundar o estudo do contextualismo e dar consequência teórica maior à atual investigação.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BACH, Kent. “Searle contra o mundo: como as experiências podem encontrar seus objetivos? In. TSOHATZIDIS, S.L. (Org.). *A filosofia da Linguagem de John Searle: força, significação e mente*. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BURGE, Tyler. “Individualism and the Mental”. In. *Foundations of Mind*. Oxford: Oxford University Press. 2007. p. 100 – 150.
- \_\_\_\_\_. “Individualism and self-knowledge”, In. *The Journal of Philosophy*, Vol. 85 (11). 1988, p. 649-63
- \_\_\_\_\_. “Other Bodies” (1982), in: *Foundations of mind*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 82-99.
- \_\_\_\_\_. “Philosophy of language and Mind: 1950-1990.” *The Philosophical Review*, vol. 101, p. 3-51.
- CARL, W. *Frege’s Theory of Sense and Reference*. Cambridge University Press, 1994.
- COSTA, Claudio. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia da mente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2005.
- CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e Consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 68.
- DAVIDSON, D. *Subjective, intersubjective, objective*. Nova York: Oxford University Press, 2001.
- DONNELLAN, K. “Reference and definite description”. *The philosophical review* 77, 1966, P. 281-304.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Filosofia da Linguagem: introdução crítica à semântica filosófica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- FARKAS, K. “What is externalism?”, In: *Philosophical studies*, Vol. 112, n.3, (Fev., 2003), p. 187-208.
- \_\_\_\_\_. “O que é o externismo?”, In: *Investigação Filosófica*, Vol. 04, n. 01, artigo digital 1, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Semantic Internalism and Externalism”, In: Ernest Lepore – Barry Smith (eds.) *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. 2005.

FREGG G. “Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2009.

FLOYD, J. 2005. Putnam’s “The Meaning of ‘Meaning’”: Externalism in Historical Context. In: BEN-MENAHÉM, 2005a, p. 17-52.

GOLDBERG, S.C. (org.) *Internalism and Externalism in Semantics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Anti-individualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KIM, Jaegwon. Physicalism, In: Robert A. Wilson e Frank C. Keil (org.) *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*, The MIT Press, Cambridge, Londres, 1999.

KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell, 1972.

\_\_\_\_\_. *O nomear e a necessidade*. Lisboa: Gradiva, 2012.

LECLERC. André. “Do externismo ao contextualismo”. In: SILVA FILHO, W. (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 303 – 319.

\_\_\_\_\_. “Externismo e Conteúdo Mental”. In: João Branquinho; Ricardo Santos. (Org.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. 1ed.Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014, p. 1-24. Disponível em: [http://compendioemlinha.letras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2015/01/leclerc\\_externismo\\_conteudo\\_mental\\_artigo.pdf](http://compendioemlinha.letras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2015/01/leclerc_externismo_conteudo_mental_artigo.pdf). Acesso em: 02 de outubro de 2016.

MACHADO, Alexandre N. “Wittgenstein e o Externalismo”, In: SMITH, P.J. e SILVA FILHO, W. (org.). *Ensaio sobre Ceticismo*. São Paulo: Alameda, 2007.

MCDOWELL, J. 1996. “Putnam on Mind and Meaning”. In PESSIM e GOLDBERG, 1996, p. 305-317.

MCGINN, C. *Mental Content*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

MEDEIROS, L. Revisitando a Terra Gêmea: Reflexões sobre o externalismo semântico de Hilary Putnam. 2011 Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2011.

MILLER, Alexander. *Filosofia da linguagem*. Trad. Evandro Luis Gomes, Christian Marcel de Amorin, Perret Gentil Dit Maillard. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010, (Coleção Filosofia).

MOREIRA, R.R. *Filosofia da Linguagem: A Intencionalidade em Austin e Searle*. Revista Entrelinhas – Vol. 6, nº1 (Jan/Jun. 2012). Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/viewFile/2458/1032>. Acessado em 14/03/2016.

PAULO FARIA. Externalismo semântico. In: João Branquinho; Ricardo Santos. (Org.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. 1ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, v., p. 1-12. Disponível em: <[http://www.compendioemlinha.com/uploads/6/7/1/6/6716383/externalismo\\_semntico\\_faria\\_paulo\\_compdio2013.pdf](http://www.compendioemlinha.com/uploads/6/7/1/6/6716383/externalismo_semntico_faria_paulo_compdio2013.pdf)>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

PESSIN, Andrew. & GOLDBERG, Sanford. (eds.), *The Twin earth chronicles: twenty years of reflection on Hilary Putnam's*. Armonk, Nova York, Londres: M. E. Sharpe, 1996.

PUTNAM, Hilary. *A Natureza dos Estados Mentais*. Disponível em: <<http://mlag.up.pt/wp-content/uploads/2011/05/PUTNAM-2.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Corda Tipla: mente, corpo e mundo*. Trad. Adail Sobral. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. "Introduction". In: Pessin, A. & Goldberg, S. (eds.), *The Twin earth chronicles: twenty years of reflection on Hilary Putnam's*. Armonk, Nova York, Londres: M. E. Sharpe, 1996, pp. XV- XXII.

\_\_\_\_\_. "Is Semantics possible?". In: *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 139 – 52.

\_\_\_\_\_. "Meaning and Reference", In: *The journal of philosophy*, 70/19, (Nov. 8, 1973), p. 699-711

\_\_\_\_\_. "O Significado de 'significado'". In: *Cognitio Estudo: Revista Eletrônica de Filosofia*. Trad. Alexandre Müller Fonseca. São Paulo: PUC-SP, Vol. 10, nº 2, julho-dezembro, 2013, p. 280-326.

\_\_\_\_\_. *Reason, Truth, and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *Representation and reality*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1989.

\_\_\_\_\_, "The Meaning of 'meaning'", In: *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975

\_\_\_\_\_. "The nature of mental states", In: Block, N. (org.) *Readings in the philosophy of psychology*, vol. 1. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, p. 223-31, 1967.

\_\_\_\_\_. *The Threefold Cord: mind, body and world*. Nova York: Columbia University Press, 1999.

PRADO, Lucio Lourenço. *Alguns aspectos da teoria da proposição em Frege*. Integração (USJT), São Paulo, v. 30, p. 173-176, 2002.

RUSSELL, Bertrand. “Da Denotação”. In: *Ensaio Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Introdução à Filosofia Matemática*. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

RYLE, G. 1949. *The Concept of Mind*. Londres: Penguin, 2000.

SANTOS, César S. “Exilados da Terra Gêmea: os experimentos mentais e a natureza da intencionalidade.” In: SILVA FILHO, W. (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 281 – 291.

SEARLE, J.R. *A Redescoberta da Mente*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Actos de Habla: ensayo de filosofía del lenguaje*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994.

\_\_\_\_\_. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo / Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Intencionalidade*. Trad. Julio Fischer / Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

\_\_\_\_\_. “O que é linguagem: algumas observações preliminares”. In. TSOHATZIDIS, S.L. (Org.). *A filosofia da Linguagem de John Searle: força, significação e mente*. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHORN, Remi. *Sentido e Referência na Semântica de Frege*. Humanidades em Revista/Filosofia, v. 08, p.39-51, 2009.

\_\_\_\_\_. “A interação teoria, matéria e mente.” In: ZIMMERMANN, R. SCHUTZ, R.. (Org.). *CRÍTICA E UTOPIA: perspectivas brasileiras e alemãs*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SCHWARTZ, S.P. (ed.) *Naming, Necessity and Natural Kinds*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1977.

SILVA FILHO, Waldomiro J. “O significado do anti-individualismo e o autoconhecimento.” In: SILVA FILHO, W. (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 09 – 21.

\_\_\_\_\_. “Mente, Mundo e Autoconhecimento”. *Trans/Forma/Ação*, v.30, p.78-93, 2007.

STRAWSON, P.F. *Individualism: an essay in descriptive metaphysics*. Londres e New York: Methuen, 1971.

TECHIO, Jônadas. “Anti-individualismo, autoconhecimento e responsabilidade”. In: SILVA FILHO, W. (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 215 – 269.

TEIXEIRA, Célia. “*Estão os significados na cabeça*”. (2003) Disponível em: [http://criticanarede.com/fil\\_putnamsearle.html](http://criticanarede.com/fil_putnamsearle.html). Acessado em: 05 de abril de 2011.

TEIXEIRA, João de Fernandes. *A mente segundo Dennett*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TSOHATZIDIS, S.L. (Org.). *A filosofia da Linguagem de John Searle: força, significação e mente*. Trad. Luiz. Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WITTGENSTEN, Ludwig (1958). *Philosophical Investigations*. G.E.M. Anscombe & Rush Rhees (Eds.) Trad. G.E.M. Anscombe. Oxford: Blackwell.